



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARA – UFOPA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA SOCIEDADE**

RENATA SOUZA DA SILVA

**“PROJETO MÚSICA NA ESCOLA”: O ENSINO DA MÚSICA ATRAVÉS DE
POLÍTICAS PÚBLICAS NA CIDADE DE SANTARÉM – PA.**

**SANTARÉM - PA
2022**

RENATA SOUZA DA SILVA

**“PROJETO MÚSICA NA ESCOLA”:
O ENSINO DA MÚSICA ATRAVÉS DE
POLÍTICAS PÚBLICAS NA CIDADE DE SANTARÉM – PA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Sociedade da Universidade Federal do Oeste do Pará como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Linha de pesquisa 1: Sociedades Amazônicas, Sistemas Culturais e Sociabilidades.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Sérgio Taube Júnior.

**SANTARÉM - PA
2022**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/UFOPA

- S586p Silva, Renata Souza da
“Projeto música na escola”: o ensino da música através de políticas públicas na cidade de Santarém - PA./ Renata Souza da Silva. – Santarém, 2022.
66 p. : il.
Inclui bibliografias.
- Orientador: Paulo Sérgio Taube Júnior.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Sociedade.
1. Políticas públicas . 2. Educação musical. 3. Projeto música na escola.
I. Taube Júnior, Paulo Sérgio, *orient.* II. Título.

CDD: 23 ed. 372.8708115



Universidade Federal do Oeste do Pará
Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação Tecnológica
Instituto de Ciências da Sociedade
Programa de Pós-graduação em Ciências da Sociedade
Mestrado Acadêmico em Ciências da Sociedade

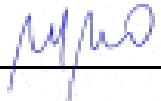


ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ao vigésimo segundo dia do mês de março do ano de dois mil e vinte e dois, às 14h30min, em sala virtual, instalou-se a banca examinadora de dissertação de mestrado do(a) aluno(a) **RENATA SOUZA DA SILVA**. A banca examinadora foi composta pelos professores Dr(a). Miguel Aparicio Suarez, UFOPA, examinador interno, Dr(a). Cristina Rolim Wolffenbüttel, UERGS, examinador externo, Dr(a). Ana Maria de Castro Souza, UEPA, examinador(a) externo(a), e Paulo Sérgio Taube Junior, UFOPA, orientador(a). Deu-se início a abertura dos trabalhos, por parte do(a) Orientador(a), que, após apresentar os membros da banca examinadora e esclarecer a tramitação da defesa, passou de imediato ao mestrando para que iniciasse a apresentação da dissertação, intitulada **“PROJETO MUSICA NA ESCOLA”: O ENSINO DA MÚSICA ATRAVÉS DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA CIDADE DE SANTARÉM-PA**

, marcando um tempo de 40 minutos para a apresentação. Concluída a exposição, o(a) Prof(a). Paulo Sérgio Taube Junior, presidente, passou a palavra aos examinadores, para argüirem o(a) candidato(a). Após as considerações sobre o trabalho em julgamento, foi **APROVADO** (aprovado ou reprovado) o(a) candidato(a), conforme as normas vigentes na Universidade Federal do Oeste do Pará. A versão final da dissertação deverá ser concluída no prazo de trinta dias, contendo as modificações sugeridas pela banca examinadora e constante na folha de correção anexa, sob pena de o (a) candidato(a) não obter o título se não cumprir as exigências acima. Para efeito legal segue a presente ata assinada pelo(a) professor(a) orientador(a), pelos professores avaliadores e pelo(a) mestrando(a).

Prof(a). Dr(a).  (orientador)
Paulo Sérgio Taube Junior
Professor - IBS/UFOPA
CNPQ 1770019

Prof(a). Dr(a).  - UFOPA

Prof(a). Dr(a).  - UERGS

Prof(a). Dr(a).  - UEPA

 - mestrando(a)

À minha família, em especial aos meus filhos: Ana Helena, Heloísa e Pedro Samuel, minha motivação diária e razão de viver.

AGRADECIMENTO

Agradeço, primeiramente à Deus, por me sustentar em meio às dificuldades encontradas durante a produção desta dissertação.

Agradeço também à minha família que sempre esteve comigo e que me apoiou incondicionalmente; em especial meu esposo Júlio, também professor de música e inspiração profissional para muitos. Aos meus filhos, Ana Helena, Heloísa e Pedro Samuel (nascido durante a elaboração deste trabalho).

Ao meu orientador, prof. Paulo Sérgio Taube Júnior que sempre de forma paciente e gentil, ajudou-me a lidar com o desafio de escrever em um período tão difícil.

Aos demais professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Sociedade da Universidade Federal do Oeste do Pará, pelos ensinamentos compartilhados, em especial ao Prof. Rubens Elias pela confiança e incentivo.

À maravilhosa turma de mestrado na qual fui inserida e pude aprender e criar vínculos, agradeço a amizade e os laços estabelecidos.

À SEMED – Secretaria Municipal de Educação de Santarém e à coordenação e professores do Projeto Música na Escola que disponibilizaram informações valiosas para o desenvolvimento desta pesquisa.

RESUMO

O município de Santarém, no estado do Pará, possui produção musical de grande relevância para a cultura regional e apresenta no decorrer de sua história, atividades significativas que incluem o fazer musical na formação de grupos em diversos e variados ambientes, incluindo, expressivamente, os ambientes escolares. Nesse sentido, projetos que oportunizam o ensino da música a alunos das escolas municipais da zona urbana da cidade tem sido uma alternativa de efetivação no que concerne à inserção da educação musical nas escolas, a exemplo do Projeto Música na Escola que viabiliza estrutura necessária para o processo de formação musical através do ensino de instrumentos para a formação de bandas escolares. Portanto, esta pesquisa pretendeu investigar a contribuição do Projeto Música na Escola na implementação do ensino da música nas escolas públicas da zona urbana integrantes da rede municipal de Santarém-PA. Trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa do tipo estudo de caso e conta como ferramenta de coleta de dados, o levantamento bibliográfico e documental, bem como, a aplicação de questionários nos educandários envolvidos. Os resultados mostram o êxito do projeto, enquanto política pública que atinge um número expressivo de alunos da rede pública municipal de ensino, mas que, ainda precisa de melhorias e maiores investimentos, no sentido de ampliar seu alcance e contribuir com o acesso do ensino da música em Santarém

Palavras-chave: Políticas Públicas. Educação Musical. Projeto Música na Escola

ABSTRACT

The municipality of Santarém, in the state of Pará, has musical production of great relevance to the regional culture and has, throughout its history, significant activities that include making music in the formation of groups in diverse and varied environments, including, expressively, the school environments. In this sense, projects that provide opportunities for the teaching of music to students from municipal schools in the urban area of the city have been an effective alternative with regard to the insertion of music education in schools, such as the Music at School Project, which enables the necessary structure for the process of musical formation through the teaching of instruments for the formation of school bands. Therefore, this research aimed to investigate the contribution of the Música na Escola Project in the implementation of music teaching in public schools in the urban area that are part of the municipal network of Santarém-PA. It is a research with a qualitative approach of the case study type and counts as a data collection tool, the bibliographic and documental survey, as well as the application of questionnaires in the involved schools. The results show the success of the project, as a public policy that reaches an expressive number of students from the municipal public education network, but which still needs improvements and greater investments, in order to expand its reach and contribute to the access to the teaching of music in Santarém.

Keywords: Public Policies. Musical education. Music at School Project.

LISTA DE SIGLAS

ABEM – Associação Brasileira de Educadores Musicais

AEL – Assessoria de Esporte e Lazer

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

PELC – Programa Esporte e Lazer da Cidade

PME – Projeto Música na Escola

SEMED – Secretaria Municipal de Educação e Desporto

UEPA – Universidade do Estado do Pará

UFOPA – universidade Federal do Oeste do Pará

Sumário

1 INTRODUÇÃO	9
2 PERCURSO METODOLÓGICO	12
2.1 Etapas da pesquisa.....	13
3 POLÍTICAS PÚBLICAS E O ENSINO DA MÚSICA	15
3.1 Políticas Públicas e Políticas Educacionais.....	15
3.2 Legislação e Educação Musical Brasileira	16
4. UM BREVE HISTÓRICO DO ENSINO DA MÚSICA ATRAVÉS DAS BANDAS ESCOLARES SANTARENAS	21
4.1 Caracterização do ensino público em Santarém.....	22
4.2 O curso de Licenciatura Plena em Música	23
5 O PROJETO MÚSICA NA ESCOLA	27
5.2 A contribuição do Projeto Música na Escola na formação de Bandas Escolares em Santarém.....	30
5.3 O Festival de Bandas e Fanfarras da Prefeitura e o Projeto Música na Escola	35
5.4 O Projeto Música na Escola no ano de 2009	40
6. O MÚSICA NA ESCOLA SOB O OLHAR DE SUA EQUIPE.	48
6.1 Do perfil dos participantes	48
6.2 O Olhar docente sobre Projeto	50
6.3 Receptividade e desempenho musical (dos alunos) das escolas do Projeto.....	51
6.4 Dificuldades encontradas no desenvolvimento das atividades do projeto.....	51
6.5 Os benefícios encontrados nas atividades do projeto	53
6.6 <i>Al Fine</i>	53
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
REFERÊNCIAS	57
APENDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) .	61
APENDICE B - QUESTIONÁRIO APLICADO À COORDENAÇÃO E PROFESSORES DO PROJETO MÚSICA NA ESCOLA.	63
ANEXO II – Aceite Institucional da Secretaria Municipal de Educação – SEMED	68
ANEXO III – Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa.	69

1 INTRODUÇÃO

A linguagem musical se mostra como elemento presente em diversas culturas, assumindo certa pluralidade funcional em seus mais variados aspectos, como prática relacionada ao lazer, como atividade laboriosa ou ainda um meio de comunicação, como afirmou Merriam (1964; 1977); podendo ser utilizada também como importante vetor de conceitos éticos para certos grupos sociais, como os gregos na Antiguidade que “tinham um conceito elevado da música, atribuindo diferentes poderes morais”, segundo Zimmermann (2007, p.15).

Neste sentido, o fazer musical torna-se prática constante, nos mais diversos cenários da vida cotidiana e contribui para uma “comunicação que geralmente resulta em vários níveis de satisfação, prazer e até êxito” (SEEGGER, 2008) para os envolvidos direta ou indiretamente com ela, transformando o evento musical em um momento de interação entre músicos e sua audiência” (SILVA, 2020).

Na Idade Média, era utilizada para disseminar a doutrina cristã, apresentando ao povo a grandiosidade de um Deus único através de músicas que descreviam passagens bíblicas e exaltavam o sagrado, foi nesse período que o monge Gui d’Arezzo nomeou as notas musicais da forma que a conhecemos hoje (Dó – Ré – Mi – Fá – Sol – Lá - Si).

No Brasil, os registros históricos já apresentam a música desde antes da chegada dos colonizadores, pois os povos indígenas que aqui habitavam, já desenvolviam música em seus rituais e momentos especiais, e também utilizavam materiais encontrados na natureza para a produção de seus instrumentos.

Nesse sentido, a música é incorporada como importante elemento de interação e socialização humana sendo utilizada em diversos ambientes, especialmente em espaços escolares possibilitando o fazer musical de crianças e adolescentes através atividades como: canto coral, o ensino de instrumentos (percussão, flauta-doce, etc.).

Em 2008, a lei nº 11.769 apresenta a música como “conteúdo obrigatório, porém não exclusivo nas aulas de arte em todos os níveis da educação básica” (BRASIL, 2008), fruto do engajamento de diversos grupos formados por professores, pesquisadores e apoiadores de movimentos a favor do ensino da música nas

escolas, movimentou o cenário educacional brasileiro e expôs a música como elemento de presença importante nos educandários do país.

Neste sentido, escolas públicas e particulares necessitam contemplar ações que possibilitem a prática musical seja por meio de novas atividades a serem incorporadas no currículo, ou ainda por meio da continuidade de atividades musicais existentes nesses ambientes para efetivar essa prática em suas instituições de ensino, a exemplo do objeto desta pesquisa.

Santarém, cidade brasileira do estado do Pará, possui produção musical de grande relevância para a cultura regional e apresenta no decorrer de sua história atividades significativas que incluem o fazer musical na formação de grupos em diversos e variados ambientes, incluindo, expressivamente, os ambientes escolares.

Atualmente pode-se perceber um grande número de atividades relacionadas à educação musical na cidade, uma vez que são variadas as possibilidades de ações deste segmento. Desta maneira é possível identificar projetos sociais de iniciativas tanto governamentais quanto não governamentais que desenvolvem o ensino, principalmente, de canto coral e flauta doce.

Atuando como professora de Arte e Música em escolas de educação básica na cidade, verifiquei que em relação ao ensino da música, nas escolas santarenas é comum que a prática e o ensino coletivo de instrumentos de sopro para formação de bandas de música e fanfarras escolares sejam identificados nesses ambientes, esses grupos são cada vez mais difundidos no município por conta de eventos cívicos e competições do gênero.

Nesse sentido, projetos que oportunizam o ensino da música a alunos das escolas municipais da zona urbana da cidade tem sido uma alternativa a efetivação no que concerne à inserção da educação musical nas escolas.

Neste ínterim, projetos de origem governamental tem se destacado na realização de tais práticas escolares, como é o caso do projeto da Prefeitura de Santarém “Música na Escola”, que, desde 2008, atende diferentes escolas públicas municipais ofertando cursos na área da música, bem como, a estrutura mínima necessária para que essas atividades aconteçam.

No entanto, poucas informações estão registradas para o entendimento das questões acerca da estrutura e do desenvolvimento deste projeto e como tal investimento público afetou o fomento musical nas comunidades escolares.

Esse contexto unido à sistematização do ensino da música regulamentada pela legislação educacional vigente no Brasil, trouxe a esta pesquisa os seguintes questionamentos: Quais as políticas apresentadas pela Secretaria Municipal de Educação de Santarém para a efetivação da educação musical nas escolas de sua rede de ensino? De que forma o ensino da música está sendo inserido nas escolas do município? Qual a contribuição do Projeto Música nas Escolas na implementação do ensino da música nas escolas públicas municipais de Santarém/PA?

Diante disso, objetivou-se investigar a contribuição do Projeto Música na Escola na implementação do ensino da música nas escolas públicas municipais de Santarém-PA, bem como, descrever histórico da legislação educacional relacionada ao ensino da música no âmbito federal, estadual e municipal; identificar as Políticas públicas de educação musical vigentes em Santarém-PA, com enfoque no Projeto Música na Escola e verificar as influências das atividades musicais no cenário educacional santareno.

Portanto, esta produção está organizada em 5 capítulos, sendo: o primeiro capítulo intitulado percurso metodológico, onde é descrito o caminho percorrido para o alcance dos objetivos dessa pesquisa, revelando a estrutura planejada, tipo de pesquisa, critérios de participação, ferramenta de coleta de dados e a forma de análise dos resultados.

O segundo capítulo trata-se dos conceitos e do histórico da legislação educacional que envolve a educação musical no Brasil, citando a lei nº 11.769/08 que trata da obrigatoriedade da música nas escolas de educação básica, suas alterações e afins.

Por seguinte o terceiro capítulo apresenta um panorama do ensino da música nas escolas de Santarém/PA, através da descrição de ações concretizadas nas escolas públicas municipais da cidade.

O quarto capítulo discorre sobre o Projeto Música na Escola, ação governamental de inserção da música nas escolas da cidade, sua estrutura, histórico de implementação e relevância no cenário da educação musical nas escolas públicas do município.

No quinto capítulo apresenta-se o Projeto música na Escola sob o olhar da equipe de professores de música e da coordenação, considerando a relevância das atividades desenvolvidas pela descrição dos profissionais envolvidos.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

Para Chizzotti (1991, p. 11), a pesquisa “é um esforço durável de observações, reflexões, análises e sínteses para descobrir as forças e as possibilidades da natureza e da vida, e transformá-las em proveito da humanidade”. Neste contexto, esta pesquisa buscará descrever como é e como se manifesta determinado fenômeno (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2006).

Sendo assim, o olhar científico sobre o Projeto Música na Escola, além de seu caráter descritivo também se utiliza de abordagem qualitativa onde “o social é visto como um mundo de significados passível de investigação e a linguagem dos atores sociais e suas práticas as matérias primas dessa abordagem” (TEIXEIRA, 2003, p. 129)

Neste sentido, esta é uma pesquisa de cunho exploratório do tipo estudo de caso que segundo Gerring (2019, p. 69) “é um estudo intensivo de um caso singular ou de um pequeno número de casos que se baseia em dados e promessas de elucidar uma população maior de casos”, e utilizar-se-á de abordagem qualitativa.

Diante disso, tem como enfoque o aprofundamento acerca dos aspectos relacionados à implementação, estrutura e funcionamento das políticas educacionais de música nas escolas públicas municipais de ensino fundamental da zona urbana de Santarém-Pará.

A política pública investigada é o projeto Música na Escola coordenado atualmente pela Escola de Artes Emir Bemerguy, vinculada à Secretaria Municipal de Educação - SEMED, e que desenvolve efetivamente suas atividades em quatro escolas públicas municipais.

São elas: Escola Municipal de Ensino Fundamental Deputado Ubaldo Corrêa, localizada na Rodovia Fernando Guilhon, s/n, Bairro: Conquista; Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria de Lourdes, localizada na avenida São Nicolau, nº 2655, bairro livramento; Escola Municipal de Ensino Fundamental Princesa Izabel, situada na Av. Pres. Tancredo Neves - Nova República, Santarém - PA, 68025-330 e Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria Amália Queiroz de Souza, situada na Rua Campos Sales, 831-911 - Liberdade, Santarém - PA, 68040-172, todas localizadas na zona urbana de Santarém, no Pará.

2.1 Etapas da pesquisa

Para o embasamento desta pesquisa, a priori, foi feito levantamento dos dispositivos legais que abordam o ensino da música na educação básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II e Ensino Médio) em âmbito federal (tais como: a LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação – e suas alterações, Plano Nacional de Educação – PNE, Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN, entre outros); estadual (Plano Estadual de Educação e outros); municipal (plano Municipal de Educação – PME; Relatórios do Projeto Música na Escola e outros).

Além dos documentos oficiais, foram analisados outros tipos de registros acerca das atividades de educação musical referentes ao Projeto Música na escola ou a outras iniciativas relacionadas, que se encontravam disponíveis em ambiente virtual, tais como: Youtube, sites, blogs, arquivos pessoais, fotos, entre outros; afim de que se possa ter uma ótica da aplicação e funcionalidade destes mecanismos através destes registros.

Após a redação inicial do projeto de pesquisa, estabeleceu-se contato com a Secretaria Municipal de Educação - SEMED para o pedido de aceite da pesquisa e a parceria para realizá-la, tendo positiva resposta dos órgãos competentes através da emissão de declarações (ANEXO I e II); por seguinte obteve-se a aprovação desta pesquisa também pelo Comitê de ética em Pesquisa – CEP, através de parecer n 4.146.024 (ANEXO III).

Articulação com representantes da SEMED para o acesso e envio dos questionários, seguindo os protocolos de distanciamento orientados pelos órgãos de saúde devido a pandemia do COVID-19.

Foram aplicados questionários (APENDICES A e B), direcionados a profissionais envolvidos diretamente com o Projeto Música na Escola; estes questionários foram encaminhados virtualmente (via whatsapp ou e-mail) através de link produzido pela ferramenta Google Forms; nele constam primeiramente o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para o aceite do participante, em caso de resposta positiva o mesmo foi direcionado às perguntas do questionário.

Foram aplicados questionários com 11 profissionais ligados ao Projeto música na Escola, sendo 10 professores e 1 coordenador. As respostas dos questionários e as informações extraídas dos documentos disponibilizados foram analisados utilizando a técnica de Análise de Conteúdo de Bardin (2011), que

propõe uma análise em etapas; desta forma os dados coletados passaram por uma pré-análise, onde discussões acerca dos conceitos que permeiam o objeto de pesquisa foram desenvolvidas para melhor embasar as relações a serem abordadas; a exploração do material selecionado, verificando a relevância destes para esta pesquisa (categorização do material); e uma nova exploração do material, relacionando os dados com os aportes teóricos encontrados, tais etapas contribuíram para destacar o objeto desta pesquisa quanto ao seu funcionamento, estrutura e organização, bem como, seu histórico de implementação.

Neste processo de análise, levou-se em consideração os relatórios referentes ao Projeto Música na Escola tais como: Relatórios anuais, informações disponíveis na internet, planejamentos, atas de reuniões, fotos e vídeos, entre outros.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS E O ENSINO DA MÚSICA

Nesta seção, serão apresentados conceitos de Políticas Públicas e Políticas Educacionais e a relação dessas políticas com o ensino da música pela ótica da legislação brasileira.

3.1 Políticas Públicas e Políticas Educacionais.

Quando se trata de políticas públicas surgem variadas definições que podem apontar diferentes significados. Dentre essas definições encontra-se um objetivo comum: a busca pelo desenvolvimento do bem social. Portanto, define-se que: “Política pública diz respeito a ação das autoridades públicas na sociedade, referindo-se aquilo que os governos produzem para alcançar determinados resultados através de alguns meios” (ISAYAMA, 2006, p. 141).

É importante salientar que uma política pública se faz através de ações sociais que partem do pressuposto do atendimento público, ou seja, a sociedade deve a todo o momento intervir e participar das atividades, atuando não apenas como receptores de informação e de eventos, mas como parte atuante desde o processo de planejamento até a fase de mostra final de resultados, onde o que vale não é apenas o que se vê em uma apresentação, por exemplo, mas o que foi construído na caminhada para se chegar até essa apresentação. Como afirma Goch (2017):

Diante disso, configura-se a importância de articular as decisões de uma categoria, por exemplo, com a realização de conferências, audiências públicas e consulta popular para discutir e pactuar decisões por meio de planos e documentos, para, posteriormente, elaborar políticas públicas eficientes, que não sejam simplesmente repassadas como um programa de governo de caráter centralizador e regulador. (GOCH, 2017, p. 40).

Neste sentido, a participação da sociedade é de suma importância para a elaboração e implementação de políticas públicas eficazes e que realmente proporcionem as melhorias que essa ação busca alcançar. Goch (2017) ressalta também que tais ações não devem ser pensadas apenas para um grupo restrito como se “o Estado estivesse a serviço de uma classe dominante” mas que possa partir de “uma dinâmica conflitiva entre outros segmentos sociais”.

No âmbito educacional, as políticas públicas apresentam diretrizes e normativas que orientam os procedimentos e implementações a serem aplicadas no melhoramento da estrutura e organização educacional na premissa de promover melhoria na qualidade de ensino em seus diversos aspectos.

Entende-se por Política Educacional, segundo Monlevade (2002, p. 42), ser o “conjunto de intenções e ações com as quais os Poderes Públicos respondem às necessidades de escolarização dos diversos grupos da sociedade”, sendo assim, fruto da identificação e reflexão sobre essas necessidades, gerando, portanto, uma ação governamental (política pública), que objetive sanar ou melhorar tal premissa.

Nesta ótica, é importante salientar que uma política pública deve ser fruto de ações sociais que atendam a uma demanda específica da sociedade, tal qual o acesso à saberes culturais, tradições folclóricas e o fomento ao ensino destes saberes.

Neste contexto, partem do pressuposto do atendimento público, a efetivação de projetos ou programas que intervenham na produção de atividades, eventos, e documentação destas manifestações, onde o que é valorizado se constitui na trajetória e nas características das ações implementadas, bem como nos resultados alcançados por estas ações, políticas ou programas.

Na prática governamental, para que as políticas públicas sejam implementadas, deve-se compreender que estas dependem de articulações em diversas fases que iniciam ideologicamente em sua concepção e culminam na sua efetividade. Assim, em sua construção, elas devem pertencer à um programa de governo que levantará sua real viabilidade, pois é necessário seu estudo enquanto investimento social diante das demandas existentes. A partir desta abordagem, as políticas públicas são postas em prática através de ações governamentais anteriormente planejadas por meio de projetos sociais com recurso público destinado à execução destas ações.

3.2 Legislação e Educação Musical Brasileira

A música vem sendo utilizada como ferramenta facilitadora de aprendizagem nas escolas, por seus diversos atributos e suas contribuições para o desenvolvimento humano.

Nesse intuito, a legislação acerca do ensino da música nas escolas, sua implementação e aplicabilidade vem sendo discutida e analisada, nos últimos anos, em pesquisas diversas como: Wolffenbüttel (2010), Filipak (2014), Rosa (2018), Sousa (2018), Nóbrega (2018), todos partem dos pressupostos encontrados na Lei nº 11.769/08 que torna a música componente curricular obrigatório nas aulas de arte em todos os níveis da educação básica (BRASIL, 2008), porém, é importante analisar o histórico da educação musical brasileira para compreender melhor a consolidação desta prática nas escolas.

Neste sentido, Wolffenbuttel (2010) investigou a inserção da música no projeto político pedagógico na rede municipal de ensino de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, pressupondo que a obrigatoriedade do ensino da música prevista em lei, implica em sua inserção e articulação com o contexto escolar. Diante disso, em sua pesquisa, evidenciou os desafios enfrentados para o alcance de uma realidade onde o ensino da música, de fato, seja inserido nas escolas, bem como, a certeza de sua continuidade, o “que não se traduz, apenas, em executar corretamente as leis, pois elas existem, mas não bastam” (WOLFFENBUTTEL, 2010, p. 79).

Em pesquisa desenvolvida por Filipak (2014), foi realizado levantamento sobre a inserção do ensino da música nas escolas estaduais de uma cidade paranaense, embasando-se nas premissas da lei 11.769/08. Como principais resultados destacou-se a valorização da disciplina de arte e a continuidade da modalidade polivalente, bem como, a ausência de formação continuada para professores.

Rosa (2018) investigou o ensino da música em uma escola de educação infantil do Vale do Paraíba que ofertava aulas de musicalização para alunos da educação infantil e se embasava na lei 11.769/08, nesta investigação verificou-se a estrutura presente no projeto que desenvolvia aulas de musicalização para o público da educação infantil, enfatizando o histórico de educação musical no Brasil e os benefícios encontrados no fazer musical para esta faixa etária. Rosa (2018) observou que a prática musical era avaliada positivamente e que, mesmo que os profissionais que a aplicavam não apresentassem formação específica em música, ainda conseguiam resultados satisfatórios.

Durante o governo de Getúlio Vargas, o compositor brasileiro Heitor Villa-Lobos desenvolveu projeto de educação musical intitulado de Canto Orfeônico, que visava educar e disciplinar as crianças por meio da prática musical. Tal projeto tinha

como principal característica o “nacionalismo”. (FERRAZ, 2013). Nesse período a educação musical estava fortemente presente nas escolas, mas não tinha como finalidade o fazer musical.

Neste contexto, a presença da música nas escolas foi sendo estabelecida, fortalecendo principalmente nos grupos musicais hoje chamados de bandas escolares. Como afirma Silva (2020):

A partir daí o ensino da música obteve importante papel no ambiente escolar, contribuindo para o processo de ensino-aprendizagem. Nesse contexto, grupos musicais formados com instrumentos de sopro – aerofones, como, saxofones, clarinetes, trompetes e trombones – e instrumentos de percussão – membranofones, como bumbos, caixas e surdos e vibrafones, como os pratos musicais – passaram a ser inseridos nas escolas com a finalidade primária de acompanhar o desfile das instituições durante a Semana da Pátria; tocando músicas que ditam o andamento e marcam a principal característica desses eventos: a locomoção em marcha (herança militar). (SILVA, 2020, p. 120).

Já na década de 60, o canto orfeônico foi substituído pela educação musical (em seus aspectos gerais) e estava inserido nas atividades artísticas desenvolvidas nas escolas pelas Leis de Diretrizes e Bases da Educação (lei nº 4.024/61). Foi então com a LDB de 1971 (lei nº 5.092) que dispõe a obrigatoriedade da educação artística como “atividade”, que a educação musical esteve mais presente nas escolas de educação básica e estava contida juntamente com outras linguagens nessa categoria.

Foi na LDB de 1996 (lei nº 9394/96) que a educação artística virou “Arte” e passou a ser disciplina nas escolas e com a alteração no artigo 26 (lei nº 11.769/08) que a música passou a ser componente curricular obrigatório nas aulas de Arte.

Mais recentemente a lei nº 13.278/2016 que inclui as artes visuais, a dança, a música e o teatro nos currículos dos diversos níveis da educação básica A nova lei altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB — Lei 9.394/1996) estabelecendo prazo de cinco anos para que os sistemas de ensino promovam a formação de professores para implantar esses componentes curriculares no ensino infantil, fundamental e médio.

Diante das discussões que permeavam a implementação da Lei nº 11.769/08 (base legal que permitiu a aplicação de recursos públicos no “Projeto

Musica na Escola”) estava justamente o currículo da Arte na educação básica e as atividades extracurriculares.

Naquela ocasião estava em aberto os modelos que norteariam o ensino musical. Em face deste contexto, diversos autores como: Penna (2004, 2008) e Wolffenbüttel (2010) já abordaram sobre reflexões que cercam a inserção da música nas escolas, para eles a educação musical ganhou destaque com a lei, porém a realidade escolar aponta para um árduo caminho até sua efetiva inserção.

Nesse contexto, em diversas cidades brasileiras há um investimento governamental para o incentivo à prática musical nas escolas na tentativa de cumprir com o previsto em lei, criando assim, políticas públicas educacionais para suprir a demanda da comunidade escolar.

Neste contexto, o levantamento documental destas pesquisas sobre a legislação educacional que a música está inserida; pôde-se verificar os avanços e no cuidado com essa área do conhecimento, porém ainda há muitos empecilhos encontrados para sua implementação, demonstrando um lento caminhar da efetivação desta legislação.

Nessa perspectiva, é relevante ressaltar a importância de se averiguar as diferentes realidades do fazer musical e expor o lento processo que a inserção do ensino da música nas escolas percorre. Nesse sentido, “se fazem necessárias outras pesquisas da mesma natureza realizadas em outros municípios com a finalidade de se obter um panorama mais abrangente” (FILIPAK, 2014, p. 105).

Diante das demandas que a obrigatoriedade do ensino da música nas escolas proporcionou; foi promulgada a Resolução CNE/CEB nº 02/2016¹ que define Diretrizes Nacionais para a operacionalização do ensino de Música na Educação Básica e tem origem na lei nº 11.769/08.

Dentre algumas das competências apresentadas pela Resolução, o perfil profissional do licenciado em música é destacado, mesmo perante o veto presidencial ocorrido na lei de origem que retirou a obrigatoriedade de se ter um profissional com formação específica na área²; na regulamentação, possibilita-se a utilização de outros profissionais que obtenham o conhecimento técnico necessário; o que, aparentemente, retoma o caráter polivalente da disciplina, além de abrir um

¹ Publicada no Diário Oficial da União, Brasília, 11 de maio de 2016, Seção 1, p. 42.

² Art. 2º, Lei nº 11.769 de 18 de agosto de 2008.

caráter interpretativo abrangente quanto a formação do profissional que lecionará esses conteúdos (FONTERRADA, 2015).

Diante disso, compete às escolas a inserção do ensino da música em seu projeto político-pedagógico, a organização de seus quadros de profissionais da educação com professores licenciados em Música; promover a formação continuada de seus professores no âmbito da jornada de trabalho desses profissionais; entre outros.

Ainda sobre o profissional a trabalhar com a música nas escolas, é válido destacar as competências das Secretarias de Educação em realizar concursos específicos para a contratação de licenciados em Música; promover cursos de formação continuada sobre o ensino de Música para professores das redes de escolas da Educação Básica; entre outros.

Além das instancias citadas, a Resolução CNE/CEB nº 02 de 2016 também orienta as competências das Instituições Formadoras de Educação Superior e de Educação Profissional, do Ministério da Educação e dos Conselhos de Educação.

Em 2 de maio de 2016, foi sancionada a Lei nº 13.278 que altera o § 6º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, referente ao ensino da arte. Desta forma, além da música, as artes visuais, o teatro e a dança também devem constituir o componente curricular que trata o artigo, o que, de certa forma, retoma os moldes anteriores referentes ao ensino arte na escola.

Neste sentido, o ensino da música destacou-se no cenário educacional brasileiro de forma a causar a reflexão sobre as reais demandas desta linguagem, porém, as especificidades requerentes para essa prática podem dificultar sua efetiva inserção nas escolas de educação básica brasileiras, por isso se faz necessário a implementação de ações que sirvam como alternativa para essa crescente demanda, bem como, a análise destas para que sejam adequadas e eficazes em seus intuitos.

4. UM BREVE HISTÓRICO DO ENSINO DA MÚSICA ATRAVÉS DAS BANDAS ESCOLARES SANTARENAS

Santarém é um município do Estado do Pará – Brasil, que, segundo o IBGE (2020), ocupa uma área de 17.898,389 km², possui população estimada em 308.339 habitantes e está a 1.400 km² de distância da capital do estado, Belém; possui 426 escolas que oferecem o ensino fundamental e 43 estabelecimentos de ensino médio³.

Em se tratando do ensino da música em Santarém, no Pará, reconhece-se desde sua fundação (séc. XVII), contínua história de movimentos artísticos resultou em considerável produção de obras e autores diversos. Essa produção consolidou de forma visível a sistematização do ensino da música desde estas épocas, o que não necessariamente representava uma política pública voltada à demanda do povo, já que o processo necessário para a caracterização de uma política pública não foi registrado como parte dessa sistematização.

Sobre esta ação, existem registros que afirmam que uma turma de educação musical era mantida pela intendência municipal, através em parceria com a sociedade de Santa Cecília, aqui instalada em 1851. A partir da segunda metade do séc. XIX havia já em Santarém uma escola de música vocal e instrumental, dirigida pelo professor Gaspar José de Mattos Ferreira de Lucena, que recebia dos cofres do tesouro provincial a gratificação de 800 réis por aluno. (FONSECA, 2006, p.133)

Em estudos já realizados sobre a presença da música nas escolas santarenas, Oliveira (2018) objetivou averiguar como professores da educação infantil utilizavam a música em sua prática pedagógica e pôde constatar que os docentes que atuam na educação infantil já lançavam mão da música como ferramenta em seu cotidiano escolar. Porém, ainda necessitavam de melhor orientação de como fazer e de que forma alcançar o potencial que a música apresenta no desenvolvimento infantil em seus mais variados aspectos.

O estudo evidenciou a necessidade de formação continuada destes professores e que a música seja trabalhada de forma a contribuir com o conhecimento dos educadores sobre os elementos musicais e como podem

³ Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

favorecer o processo de ensino no ambiente escolar, principalmente na educação infantil.

“Apesar de Santarém ser uma cidade musical (SALLES, 1985, FONSECA, 1986), observamos que há pouco registro sobre a educação musical desenvolvida no município, bem como os processos de construção do professor de música. Muito foi feito e continua sendo realizado, porém pouco relatado” (NINA, 2015, p. 21)

Muitos dos relatos sobre o fazer musical em Santarém, remetem-se justamente a sua relevância histórica na construção do saber da sociedade mocoronga⁴. Em sua maioria, são elaboradas a partir de acadêmicos do curso de Licenciatura em Música da Universidade do Estado do Pará, em forma de trabalho de Conclusão de Curso, ou de profissionais da área musical.

4.1 Caracterização do ensino público em Santarém

Ainda se tratando do cenário da educação básica em Santarém, outra relevante pesquisa mapeou as políticas educacionais implementadas pela Secretaria Municipal de Educação de Santarém – SEMED no período de 2003 a 2016 realizado por Goch (2017). Nessa pesquisa pôde-se verificar a existência de Projetos que envolvem o ensino da música nas escolas municipais da cidade, dentre eles o Projeto Música na Escola.

Goch (2017) ainda cita outras iniciativas governamentais que também contribuíram para a acessibilidade ao fazer musical nas escolas municipais, como: o Programa Mais Educação; o Arte na Escola da Gente; a Escola de Artes, entre outros.

O Programa Mais Educação, criado pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto 7.083/10, constitui-se como estratégia do Ministério da Educação para indução da construção da agenda de educação integral nas redes estaduais e municipais de ensino que amplia a jornada escolar nas escolas públicas ofertando oficinas e atividades diferenciadas aos alunos das escolas envolvidas. A prática musical consta dentre as atividades que foram ofertadas nas escolas de Santarém, o ensino de flauta doce e canto coral estavam entre elas.

⁴ Como são chamados popularmente os nascidos em Santarém.

4.2 O curso de Licenciatura Plena em Música

A Universidade do Estado do Pará estabeleceu-se em Santarém no ano de 1998, através da instalação do campus XII, e oferta o Curso de Licenciatura em Música desde o ano de 2005⁵; já formou professores de música que atuam em escolas de educação básica, escolas especializadas em música, projetos sociais, entre outros.

O Curso de Música objetiva, segundo seu projeto pedagógico, formar um profissional com competências e habilidades para ensinar música na Educação Básica, principalmente; e oferta disciplinas que proporcionam a reflexão, o aprendizado e a prática pedagógico-musical aos acadêmicos e futuros professores de música.

Em sua pesquisa, Nina (2015) listou os licenciados em música entre os anos de 2003 e 2013, segundo quadro abaixo:

Quadro 1 – Egressos do curso de Licenciatura Plena em Música da UEPA/Campus XII, Santarém (2003-2013).

EGRESSO 2003		EGRESSO 2004	
1.	Adrea Taiana Figueira Lopes	1.	Diane Bento de Souza
2.	Ádson Wender de Jesus Sousa	2.	Géredi Henrique rebelo
3.	Alessandro Miranda Pinto	3.	Geuciene de Jesus Lopes
4.	Amilcar Pimenta Gomes	4.	Luciana de Fátima do C. Ribeiro
5.	Christiane Pereira Rodrigues	5.	Luciana Sousa dos Santos
6.	Daniele de Oliveira Torres	6.	Nilton Valério Pinto
7.	Demerson P. dos Santos Mendes	7.	Paulo Victor R. Maranhão
8.	Eliane Cristina Nogueira Ferreira	8.	Priscila Marielly Miranda Braga
9.	Henrique Bentes Andrade	9.	Rainere Bentes de Sousa
10.	José Elailson Costa Silva	10.	Rodinei Bentes da Silva
11.	Leonice Maria Bentes Nina	11.	Sara Leny Lisboa Moura
12.	Manoel Luis Figueiredo de Sousa	EGRESSO 2008	
13.	Raimundo Nonato Aguiar Oliveira	1.	Andreson Dourado e Sousa
EGRESSO 2005		2.	Beatriz Silva Menezes
1.	Adriana Santana de Carvalho	3.	Charles Brito de Almeida
2.	Alberto Portela de Sousa	4.	Cleberon Ramos Pereira
3.	Anderson Fortaleza de Sousa	5.	Dennis de Sousa Lima
4.	Cleiry Simone Moreira da Silva	6.	Eryto da Silva Azuelos

⁵ Em 2003 e 2004, a UEPA ofertava o curso de Educação Artística com Habilitação em Música.

5.	Daniel Rocha Rego	7.	Eude Igor Almeida de Lima
6.	Edmarcio da Paixão Araújo	8.	Fernando Cleomar Santos da Silva
7.	Hervin José Campos Pereira	9.	Henrique Andresson Pereira da Silva
8.	Ingrid Daniele Martins Costa	10.	Isonildo Silva Rocha
9.	Joabe Alan Ribeiro Silva	11.	Jonielson Rodrigues de Sousa
10.	Luiz Carlos Gama Queiroz	12.	Julio Heleno Lages Pereira
11.	Mariana Sippert	13.	Luciano Gama Queiroz
12.	Monique Melo Marinho	14.	Marcelo de Lima Lopes
13.	Nira Cristian de Sousa Amaral	15.	Marcos Gomes Salgado
14.	Otávio Alberto Nogueira Ferreira	16.	Mauricio Ferreira Amaral
15.	Roniclei Batista Vieira	17.	Nathalya de Carvalho Avelino
16.	Rosangela Monteiro dos Santos	18.	Raphael Sotero Pedroso Abreu
17.	Simone Patrícia Silva Oliveira	19.	Simeia Costa Freitas
EGRESSO 2009		EGRESSO 2010	
1.	André Santana de Carvalho	1.	Andreia Lima Martins
2.	Carla Ramos Pereira	2.	Anthymio W. Figueira Neto
3.	George Luis Andrade da Rocha	3.	Cristina de Sousa Rego
4.	Lauriander Sousa Paz	4.	Elia Gonçalves Delgado
5.	Luana Lameira Virgolino	5.	Jose S. Gomes de Almeida
6.	Marcos Roberto Mota Dezincourt	6.	Kleberto N. Damasceno Correa
7.	ODiel da Silva Queiroz	7.	Lucenildo Soares Lima
8.	Rafael N. de Macedo Brito	8.	Nilson C. dos Santos Fernandes
9.	Yuri Santos Lima		
EGRESSOS 2011		EGRESSO 2012	
1.	Bruno Vieira dos Santos	1.	Ana Regina de Lima Martins
2.	Daniele Patricia Jorge Repolho	2.	Bruno Vitor Pereira dos Santos
3.	Diego Augusto Golobovante Torres	3.	Caroline Froes de Sousa Peixoto
4.	Ediene Mota Pinto	4.	Cleyder Mota Marinho
5.	Ena Carina dos Santos Oliveira	5.	Elis Jeane Valente dos Santos
6.	Francisca Elisandra do Nascimento	6.	Jéssica Campos Sampaio
7.	Francisco Junior dos Santos Coelho	7.	Joao Lopes da Silva Filho
8.	Ivo dos Santos Silva	8.	Joao Paulo Pereira Rodrigues
9.	Jedel Gomes Salgado	9.	Larissa Cristina Cruz Lage
10.	Jessica Mayara Alves Tapajós	10.	Marcley Mota Marinho
11.	Leogierly Lira Pereira	11.	Nancy Maria Teles Campos
12.	Miriany A. Amaral Japson de Araujo	12.	Pamela N. de Oliveira Santos
13.	Priscila Thais de Sousa Moreira	13.	Rafael Carlos Silva Moreira
14.	Renata Souza da Silva	14.	Sara Regina Lameira Vieira
15.	Ronnyere da Silva Rodrigues		
16.	Wenderson Oliveira de Sousa		
EGRESSO 2013			
1.	Admir Paricio Pereira Colares		
2.	Danilo Marcelo Guimaraes		
3.	Eduardo Evangelista Lima		
4.	Eduardo Jose Nogueira da Silva		
5.	Elton Luis Lima da Costa		
6.	Graciela Pedroso Rego		
7.	Gustavo Barros Campos		
8.	Izabela Maria Neves Sena		
9.	João Paulo Pantoja Braga		
10.	Jose Claudio Pinto Pereira		
11.	Juliane Bonfim Duarte		
12.	Lucilia Maria Pereira Mota		
13.	Shosuke Leonida da Cunha Okada		
14.	Vania de Sousa Compasso		

Verifica-se, portanto, que a cidade de Santarém já dispõe de profissionais qualificados na área para trabalhar com o ensino da música em suas diversas possibilidades. De acordo com levantamento anterior, entre 2003 e 2013⁶, a UEPA formou 121 licenciados em música.

Durante a produção desta dissertação, fez-se um levantamento dos egressos com intuito de atualizar o quadro produzido por Nina, tendo-se o seguinte resultado:

Quadro 2 - Egressos do curso de Licenciatura em Música da Universidade do Estado do Para – UEPA, campus XII – Santarém, entre 2014 e 2017

Egressos 2014		Egressos 2015	
1.	Anderson Campos	1.	Adeliane Muniz Leitão
2.	Cláudio de Jesus da Silva Oliveira Junior	2.	Adria do Nascimento Holanda
3.	Darlíane Cardoso Campos	3.	
4.	Edinelma Souza Silva	4.	Almir Calebe Marcião dos Santos
5.	Isaac Justino Paixão Silva	5.	Ana Paula Oliveira Silva
6.	João Batista Cordovil de Ataíde Filho	6.	Arlisson Rocha dos Reis
7.	Joedson Luis Viana dos Santos	7.	Anderson Willian Souza Tapajós
8.	Jonatas do Nascimento Maciel	8.	Cristophe Pereira do Vale
9.	Jonathan Rafael Cardoso Guimarães	9.	Divaldo Paranatinga Lavor Filho
10.	Lizalba Maria Froes de Sousa	10.	Everaldo Mariano da Silva
11.	Luiz Acacio Trindade da Gama	11.	Ellen Katarina Silveira Leal
12.	Marcelle Almeida de Sousa	12.	José Rodrigo Muniz Leitão
13.	Marcelo André Camelo Pimentel	13.	Jucélia da Silva Campos
14.	Marcelo da Silva Neves	14.	Luis Carlos Tapajós Rodrigues
15.	Rafael Fuziel Lima	15.	Luis Paulo de Oliveira Bahia
16.	Raony Gleyson Sousa Lima	16.	Marcos Campos Meireles
17.	Tiago Gomes da Silva Reis	17.	Rodrigo dos Santos Almeida
18.	Victor Bruno Pereira de Azevedo	18.	Willhison dos Santos Sousa
Egressos 2016		Egressos 2017	
1.	Alexandre de Sousa Freire	1.	Itayanna Bianca Ferreira Meireles
2.	Alan Chetto Lima	2.	Joseane Iasmin da Rocha Rostand
3.	Erlane Ferreira dos Santos	3.	Lucas Montiel Martins Cunha
4.	José Paulo Pinheiro Vasconcelos	4.	Nalbert Ferreira de Jesus
5.	Kellen Fernanda Cardoso Pereira	5.	Samuel Felipe da Silva Guedes
6.	Miguel Jesus dos Anjos	6.	Thiago Henrique Sousa Silva
7.	Viler Julian Batista	7.	Wilson da Silva Jordão Neto

⁶ Nos anos 2006 e 2007, o campus XII da UEPA não formou turmas do Curso de Licenciatura em Música.

8.	Walbert Hisuan Ferreira Costa		
----	-------------------------------	--	--

Fonte: Autor (2021).

Diante do levantamento começado por Nina (2015) e continuado durante esta pesquisa, verificou-se que existe um número expressivo de licenciados em música pela Universidade do Estado do Pará, no campus XII, em Santarém, e que, mesmo com a hipótese de que um certo número de egressos não esteja trabalhando na área ou não resida mais na cidade, deduz-se que ainda há quantitativo suficiente de profissionais para suprir a necessidade de um professor qualificado para a implementação do ensino da música nas escolas da cidade.

5 O PROJETO MÚSICA NA ESCOLA

A partir de dados coletados por meio de documentos disponibilizados pela coordenação do projeto⁷, tais como: relatórios, ementas e planejamento anual, bem como, informações adquiridas em sites oficiais e outros endereços eletrônicos, pôde-se elaborar um histórico de desenvolvimento do projeto, de forma a contemplar cada etapa de sua implementação nas escolas de Santarém a ser apresentado nessa seção.

5.1 O início das atividades

Sabe-se, a partir de breve averiguação, que o “Projeto Música na Escola” tem desenvolvido desde 2008 suas atividades musicais em diferentes escolas na cidade de Santarém – PA. Financiado pelo fundo do tesouro municipal, configura-se como iniciativa única e pioneira (do ponto de vista de investimentos próprios da Prefeitura).

Esse projeto representa um esforço para possibilitar acesso ao aprendizado da música a crianças e adolescentes da rede municipal de educação, o que acabou por contribuir para a formação de grupos musicais, principalmente bandas escolares que hoje atuam em diferentes momentos do cotidiano cultural da cidade.

A partir desta abordagem inicial, várias questões surgiram no sentido de se conhecer melhor o “Projeto Musica na Escola” e seu enredo. Tal como sua legalidade enquanto política pública, a qualificação de seu funcionamento pedagógico, suas características sociais enquanto grupo ou comunidade em transformação, sua relevância enquanto proposta de política pública e por fim, seus desafios, metas e alcance.

Diante de tantas questões, em uma primeira amostra, verificou-se que o “Projeto Musica na Escola” foi iniciado em 2008, na gestão da Prefeita Maria do Carmo Martins (2008 – 2012), atravessou também a gestão de Alexandre Von (2013 – 2016) e perdura até a atual administração de Nélio Aguiar (2017 – 2020; 2021 –

⁷ Projeto e Relatório Anual do Música na Escola dos anos 2009,2010, 2011 e 2012.

atual). Em cada uma destas gestões o “Projeto” teve uma característica de funcionamento diferenciada.

Contudo, tratou-se sempre de uma iniciativa que se embasou na lei nº11.769/08, que prevê a obrigatoriedade do ensino musical como componente curricular da educação básica. No contexto da época de seu implemento, havia muito interesse do governo em promover estas iniciativas para incentivar a juventude a práticas que impactassem o meio escolar de forma positiva.

Tratava-se de um momento em que as escolas estavam se habituando ao convívio com diferentes atividades de programas como “Mais Educação”, “Esporte Lazer”, Iniciação Esportiva”, “Festival de Bandas”, “Arte na Escola da Gente”, “Casinha de Leitura” dentre outras ações e projetos que tinham o viés do investimento público para melhoria do contexto escolar.

Naquela ótica, o Projeto “Musica na Escola” era apenas uma pequena iniciativa, dentre tantas, que serviria, num futuro próximo, como referência para aplicação do ensino musical na Rede Municipal.

Conseqüentemente, seu funcionamento abrangia o reconhecimento da demanda atendida, além de aspectos culturais da região e prática para formação de grupos artísticos, o que tornou o projeto visível e de relevância no cenário da performance e produção artística da cidade, uma vez que escolas antes desconhecidas passaram a serem cada vez mais valorizadas e apreciadas por conta de seus resultados.

Em um primeiro momento, ocorreu das atividades do projeto serem divididas em turno e contra turno escolar, momento em que parte das aulas era atrelada a disciplina de arte. Desta forma, os participantes tinham um contato teórico em sala de aula regular e tinham a prática musical em segundo momento, o contra turno escolar.

Na experiência de realização do projeto associado à disciplina de arte detectou-se problemáticas quanto ao currículo desta disciplina, seu formato polivalente e sua carga horária. Desta forma, foi o contra turno escolar que enraizou o “Projeto Musica na Escola” e tornou seu formato bem aceito pelos participantes e pelas comunidades escolares.

Nesse contexto, através da análise dos primeiros documentos disponibilizados sobre o projeto, pode-se apresenta-lo como uma iniciativa que teve por intuito de possibilitar o desenvolvimento artístico/cultural dos alunos da rede

pública municipal, atendendo ainda o enunciado pela Lei nº 11.769/08 que trata da obrigatoriedade do ensino da Música na Educação Básica de todo o País, é que a Prefeitura Municipal de Santarém através da Assessoria de Esporte e Lazer da Secretaria Municipal de Educação e Desporto, assumiu no ano 2008 o compromisso de iniciar o desenvolvimento do ensino musical nas escolas municipais em Santarém. Sua implementação original, objetivou remodelar nas escolas os antigos grupos musicais classificados como fanfarras tornando-os Bandas Marciais (Instrumentação de Sopros e Percussão).

Desta forma, foram selecionadas inicialmente sete escolas consideradas polos em seus bairros (escolas de maior quantitativo de alunos que ofertavam ensino fundamental do 1º ao 9º ano). A partir das atividades de ensino musical, observou-se que o principal impacto das ações do Projeto foi a compreensão e aplicação da música como ferramenta pedagógica que aguçava a concentração, a coordenação psicomotora, o raciocínio e o desenvolvimento de um sentimento de pertencimento institucional, resultando de forma positiva o cotidiano escolar e por consequência o cenário artístico das comunidades escolares.

No decorrer dos anos, as escolas mostraram maior ou menor interesse nas atividades do projeto, o que resultou na efetivação de apenas quatro escolas que por fim, obtiveram maiores recursos materiais oriundos da secretaria de educação. Foi esta diminuição no número de escolas que possibilitou um investimento massivo em quatro escolas formando assim as atuais bandas marciais e musicais com amplo e variado instrumental.

Nos últimos anos, a equipe de onze professores dividiu-se nas instituições para efetivar aulas de flautas doce, flautas transversais, clarinetes, saxofones, trompetes, trombones, trompas, eufônios e tubas. Atualmente cada banda é formada com um quantitativo médio de 60 alunos, com exceção da Escola Ubaldo Corrêa que atende o número médio de 120 alunos.

Fazem parte deste cenário as seguintes escolas: a Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria de Lourdes Almeida, situada na Avenida São Nicolau, nº 2655, Bairro: Livramento; a Escola Municipal de Ensino Fundamental Princesa Isabel situada na Avenida Presidente Tancredo Neves, s/n, Bairro: Nova República; a Escola Municipal de Ensino Fundamental Ubaldo Corrêa, situada na Rodovia Engenheiro Fernando Guilhon, 7415, Bairro: Nova Vitória; a Escola Municipal de

Ensino Fundamental Maria Amália, situada na Rua Campos Sales, s/n Liberdade, todas localizadas na zona urbana de Santarém – Pará.

Diante disso, o ensino da música vem sendo desenvolvido no município de forma singular, apresentando desdobramentos relevantes que permeiam a pretensão desta pesquisa em desvelá-los no intuito de contribuir com o estudo acerca da inserção do ensino da música nas escolas públicas municipais de Santarém.

5.2 A contribuição do Projeto Música na Escola na formação de Bandas Escolares em Santarém

Desfiles cívicos, festivais de bandas, ensaios e apresentações nas escolas. É notória a tradicional formação das bandas escolares que exercem, dentro de seus ambientes, certo fascínio na classe estudantil em Santarém.

Para compreender o mundo das bandas e fanfarras em Santarém, é necessária, antes de mais nada, lançar-se sobre a perspectiva histórica de Fonseca (2006) que remete à pessoa de Frei Ambrósio (religioso notório na área do ensino) a organização do primeiro grupo musical de alunos secundaristas no início do século XX. Frei Ambrósio, que era também professor de música, dirigiu a “Sinfonia Franciscana” formada por alunos da Escola do Convento (Atual Escola Diocesana São Francisco) entre os anos de 1921 à 1926.

Neste grupo, participaram ainda crianças, diversos alunos que viriam a se tornar grandes e destacadas personagens da sociedade santarena ao longo daquele século. Caso dos compositores Wilson Fonseca (Compositor de “Terra querida” e “Um poema de Amor” dentre tantas outras), Wilde Fonseca (Historiador e Maestro fundador da Filarmônica Municipal), Luciano Santos (Compositor da famosa canção “Marambiré- aclamada popularmente como hino do Sairé, em Alter do Chão) e Luiz Barbosa (Professor de Música e Maestro de diversas Bandas formadas ainda na primeira metade do século passado).

Diante deste contexto histórico, Nina (2014) traz em sua compreensão o enredo característico dos primeiros grupos musicais escolares em Santarém, pontuando que um grande desenvolvimento nas bandas escolares de Santarém ocorreu a partir da segunda metade do século XX, quando colégios tradicionais aparelharam melhor suas bandas e assim, serviram de base para outras escolas.

Nesta abordagem também é possível esclarecer que as primeiras escolas de ensino básico à trabalharem com grupos de bandas escolares estavam situadas nas áreas centrais do município. Tratavam-se de escolas tradicionais que caracterizam, do ponto de vista do acesso à prática da banda escolar, a exclusão do público periférico, uma vez que escolas de menor porte estrutura localizadas nos bairros adjacentes não recebiam recursos para desenvolverem ações musicais. Tais observações se referem, especificamente, àqueles primeiros anos de aparecimento das bandas escolares em Santarém.

Ao se tratar destes grupos musicais, é possível dividi-los em diferentes categorias técnicas com vistas ao seu corpo instrumental. Embora comunguem do ambiente escolar básico, de acordo com a Confederação Brasileira de Bandas e Fanfarras, os grupos podem ser classificados como “fanfarras simples” (quando possuem percussão e cornetas), “bandas de percussão” (quando possuem apenas instrumentos percussivos), “bandas marciais” (quando possuem instrumental de sopros de metal e percussão) e por fim, “bandas musicais” (quando possuem instrumentos de sopros de metal e madeira, além da percussão).

Ainda sobre a caracterização destes grupos, é importante ressaltar a presença de outros elementos, como corpo de dança e balizas que integram estes grupos em suas apresentações diversas.

Na ótica do seguimento das bandas escolares, é necessário a apreciação do contexto histórico de ascensão destes grupos em Santarém, remetendo-se à segunda metade do século XX o crescente movimento desta modalidade de banda. Notam-se, respectivamente, algumas evidências motivadoras deste movimento escolar que hoje é muito difundido nas escolas de ensino básico em todo município de Santarém, sendo tais evidências relacionadas sempre à semana da Pátria e aos eventos de bandas como festivais e concursos. Assim, é possível verificar uma breve trajetória deste movimento a partir de um olhar em cada década:

Na década de 1950 os desfiles de Instituições escolares com bandas formadas pelo próprio alunado, fator de grande impacto e notoriedade alusivo ao 7 de setembro.

Imagem 1 - Banda do Colégio Dom Amando (1950)



Fonte: Blog do Jeso Carneiro.

Na década de 1960, a importância pedagógica atribuída aos desfiles cívicos da semana da Pátria, momento em que se celebra a Independência do Brasil com grande motivação política dada pelos governos militares do conturbado momento político iniciado em 1964 no Brasil.

Nestes anos, as bandas desenvolveram como premissas justamente a tentativa de introduzir padrões de comportamentos militares ao alunado em geral, pautado pela ordem unida dos quartéis, pela sonoridade dos tambores em marcha e pela imagem figurativa de organização institucional vista nos desfiles da semana da Pátria, compreendida entre os dias 01 à 07 de setembro.

Na década de 1970 surgiram os primeiros festivais de Bandas e Fanfarras de Santarém, Pereira (2008) relata que os eventos eram anuais e iniciaram em 1975. Eram organizados pelo já extinto Lions Tapajós Clube em suas primeiras versões, realizados no antigo Estádio Municipal Elinaldo Barbosa. Por fim, participavam escolas que possuíam, naquele momento, fanfarras simples tradicionais ou bandas de Percussão.

Nos primeiros anos, esses Festivais de Bandas contavam com a participação de poucas escolas, como por exemplo o Colégio Dom Amando, O Colégio Estadual Álvaro Adolfo da Silveira, a Escola São Raimundo Nonato e o Colégio Estadual Rodrigues dos Santos (todos localizados em áreas centrais da cidade).

Na década de 1980, com o passar do tempo, outras escolas foram integrando-se ao Festival de Bandas, cada vez mais valorizado por ter se tornado referência no seguimento escolar. Neste período, à medida em que as instituições escolares formavam seus grupos, passavam a também se apresentarem no evento que acontecia sempre no final do mês de setembro. É o caso das Escolas Estaduais Almirante Soares Dutra, Pedro Álvares Cabral e Antônio Batista Belo de Carvalho (Oriundos da periferia da Cidade).

Na década de 1980, o movimento Estudantil articulado pela recém-formada AES – Associação dos Estudantes de Santarém, toma para si a responsabilidade de organizar o Festival (após o encerramento das atividades do Lions Clube dado no final dos anos 1980). Com nova gestão, outras categorias técnicas de bandas foram introduzidas e o evento passou a ser realizado no Estádio Colosso do Tapajós, também conhecido como Estádio “Barbalhão”.

Várias outras escolas estaduais e particulares passaram a frequentar a semana da pátria e o festival de bandas neste período, caso por exemplo das Escolas Estaduais Felisbello Jaguar Sussuarana, Aluizio Lopes Martins, Plácido de Castro, Terezinha de Jesus Rodrigues e Frei Ambrósio.

Na década de 2000 (2001 a 2009), surge um segundo evento de Bandas e Fanfarras, este, organizado pela recém fundada UMES – União Municipal dos Estudantes Secundaristas. O Evento, de certo modo, se opunha regimentalmente à tradicional maneira de apresentação herdada pela AES – Associação do Estudantes de Santarém desde os tempos de Lions Clube.

A partir do ano de 2002, o Concurso da UMES e o Festival da AES, ambos realizados no Estádio Colosso do Tapajós, reunindo em média vinte bandas e fanfarras divididas em duas categorias: fanfarra simples (percussão) e fanfarras com melodia (percussão e cornetas). Ainda no final deste período, a Prefeitura Municipal de Santarém passou a organizar um Festival de Bandas e premiar as melhores ranqueadas com instrumentos musicais diversos.

Foi exatamente neste contexto que surgiu também o Projeto “Bandas Marciais Municipais” (2008) renomeado como “Projeto Musica na Escola” (a partir de 2009) da Prefeitura Municipal/Secretaria de Educação/Assessoria de Esporte e Lazer.

Na década de 2010, os desfiles cívicos são descentralizados e acontecem em vários bairros entre os dias 01 e 07 de setembro, surgem as bandas marciais e

musicais, bem aparelhadas e de grande expressão musical. O Festival da Prefeitura passa a ser o único evento após o encerramento dos festivais da AES (2005) e do Concurso da UMES (2009).

Uma média de 35 escolas se apresentam na Orla da Cidade (entre 2007 e 2017). Neste período, o público que prestigia o evento assiste as bandas que tocam, marcham e dançam de forma enérgica.

No final deste período o evento retorna ao Estádio Colosso do Tapajós (2018) por questões de segurança e conforto ao público. No último evento realizado, em 2019 – antes da pandemia da Covid 19, doze mil espectadores lotaram o Estádio em cada uma das três noites em que o evento foi realizado.

Imagem 2 - Banda do Projeto Música na Escola no Festival de Bandas e Fanfarras



Fonte: <https://aelstm.wordpress.com/category/dep-de-artes-e-eventos/>

Em face deste contexto, é possível afirmar que o advento dos festivais de bandas realizados em Santarém, assim como os desfiles alusivos à semana da Pátria são os principais eixos motivadores do movimento de bandas e fanfarras nas escolas de ensino básico em Santarém, uma vez que o enraizamento desta prática remete ao civismo, à moralidade e ao comportamento disciplinado oriundos do meio militar, que alcançou às escolas por meio das bandas e fanfarras ao longo das

últimas décadas e que, conseqüentemente, movimentou comunidades escolares inteiras, atingindo alunos, pais e vizinhança da escola.

Neste sentido, as escolas são entendidas como referência de suas comunidades, seus bairros. Tal fator de representatividade, explica porque as bandas e fanfarras escolares continuam a dialogar com a classe estudantil de forma tão próxima perpassando pela história musical da cidade. Mesmo competindo com um mundo tecnológico, as bandas e fanfarras continuam a ser compreendidas como algo valioso para seus participantes e pela instituição ao qual fazem parte, em sua maioria.

5.3 O Festival de Bandas e Fanfarras da Prefeitura e o Projeto Música na Escola

Surgiu na antiga AEL - Assessoria de Esporte e Lazer da SEMED - Secretaria Municipal de Educação e Desporto do Município de Santarém no ano de 2008. A então assessoria realizava diversas ações de lazer que envolviam diversas práticas artísticas e culturais em sua estrutura⁸.

O acesso aos bens culturais, a democratização das políticas públicas de lazer, a participação e a gestão comunitária, assim como, a criação de espaços e construção de equipamentos, são alguns de nossos objetivos, pois para a equipe a política municipal de esporte e lazer deve ser implementada dentro da perspectiva destes como direitos sociais, conforme previsto na Constituição Federal. (BLOG DA ASSESSORIA DE ESPORTE E LAZER, 2011).

Dentre as mais relevantes ações naquele período, haviam, por exemplo, aulas de iniciação ao violão e flauta doce que culminavam em noites culturais nas praças dos bairros onde o Programa de Esporte e Lazer – PELC funcionava. Geralmente, estas mostras culturais eram “casadas” com práticas esportivas em suas finalizações (ginástica, partidas de futebol dentre outras).

Nestes eventos, intitulados “culminâncias”, eram convidados à se apresentarem artistas das comunidades, pessoas atendidas nas diferentes

⁸ Entendia-se naquela ocasião, o lazer em seu sentido ampliado, àquele que se desdobra em práticas prazerosas de apreciação e produção do esporte, arte e cultura

modalidades do programa de Esporte e Lazer e ainda grupos artísticos escolares, como grupos folclóricos de dança, bandas pop e fanfarras.

Neste ínterim, eram frequentes as apresentações destes grupos escolares nos eventos da AEL nos mais diversos bairros da cidade, surgindo daí a pretensão daquela assessoria de viabilizar ações especificamente para estes grupos musicais se apresentarem.

Desta forma, no ano de 2006 ocorreu uma “parada de Natal” organizada pelo programa de Esporte e Lazer onde algumas bandas puderam desfilarem com a temática natalina mantendo suas características básicas de instrumentação, marcha e sonoridade, evento que foi considerado chave para uma nova ideia: Um Festival de Bandas e Fanfarras que abriria os Desfiles da Semana da Pátria no ano seguinte.

No ano de 2007, pouca experiência se tinha para a organização daquele primeiro evento sobre responsabilidade da Prefeitura, a Assessora de Esporte e Lazer dirigiu uma série de reuniões com representantes de bandas escolares para se ter um regulamento inicial e um modelo de evento que suprisse os anseios das bandas envolvidas. Em seus direcionamentos, foi nomeada profissional responsável por mediar os debates e formalizar o primeiro regulamento do Festival de Bandas e Fanfarras.

As reuniões que resultaram na primeira versão de regulamento e no modelo de evento foram realizadas com as contribuições de professores e instrutores musicais que trabalhavam na formação de bandas escolares em escolas estaduais de ensino fundamental e médio no município nesse período.

O primeiro festival de Bandas e Fanfarras da Prefeitura de Santarém foi realizado na Orla da Cidade no dia 01 de setembro daquele ano (2007), teve caráter competitivo com espaço para diversas bandas e fanfarras que preferiram apenas se apresentar sem competir, foi dividido em duas categorias técnicas (Fanfarras Simples e Fanfarras com Melodia) e, por fim, foi considerado um sucesso de público e organização.

Apesar da dimensão que o evento acabou tomando, notou-se que apenas algumas bandas de escolas da rede municipal de ensino estiveram presentes naquela ocasião. Tais grupos eram pouco estruturados frente às suas concorrentes das redes estadual e particular de ensino, o que enfatizava a ausência de políticas públicas e ações escolares que desenvolvessem uma melhor preparação

técnica e ainda possibilitassem melhoria instrumental para estas instituições da administração municipal.

Desta forma, foi percebida por servidores da AEL um contraditório marcante: A Prefeitura Municipal organizou um festival de Bandas e Fanfarras sem investimento em suas próprias Escolas de maneira adequada para que estas ocupassem lugar de destaque no evento, o que as impossibilitou de desenvolverem seus potenciais artístico/culturais.

Frente a este contexto, alternativas foram levantadas na própria AEL e decidiu-se por organizar um projeto de Ensino Musical que atendesse às escolas municipais e pudesse preparar estas escolas para o festival que viria ser realizado no ano seguinte, 2008.

Coube, desta forma, à própria AEL propor à Prefeita de Santarém, um projeto que contemplasse as bandas das Escolas Municipais. Embora um projeto elaborado ainda não existisse de fato, sua essência já estava em debate contínuo no campo das ações da Assessoria de Esporte e Lazer. Assim, a primeira questão a ser resolvida era: Quem poderia desenvolver tecnicamente tal iniciativa de fomento musical Escolar? Quais Atores?

Diante desse ambiente de formulação, a assessora de Esporte e Lazer buscou dentro do quadro de monitores do Programa de Esporte e Lazer da Cidade – PELC, nomes para essa nova empreitada.

Assim, um professor de música, na época monitor de violão em diferentes bairros atendidos pelo programa, era também músico na Banda Sinfônica Wilson Fonseca e Regente da Banda da E.E.E.F.M⁹ Almirante Soares Dutra, cursava Licenciatura em Música na UEPA - Universidade do Estado do Pará e já havia desenvolvido grupos musicais em diferentes instituições, além de ter participado do grupo de colaboradores que propuseram o regulamento e o formato da primeira edição do Festival de Bandas e Fanfarras da Prefeitura recebeu a incumbência de coordenar e mediar a criação de um novo projeto.

A partir deste contexto, um primeiro projeto foi escrito para a apreciação da gestora de Esporte e Lazer, intitulado “Bandas Marciais Municipais”, a proposta inicialmente desenvolveria uma Banda Marcial por ano, sendo responsabilidade de um professor de música local, o seu desenvolvimento.

⁹ Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio.

Ao ser levado para aprovação da Prefeita, a proposta retornou com outras possibilidades em pauta, uma vez que a gestora pública se sensibilizou pela causa e determinou que fosse feito um levantamento de Escolas Municipais da zona urbana que possuíam trabalhos de fanfarras iniciados para que estes pudessem receber ações do referido projeto musical.

Em uma primeira análise, constatou-se que haviam seis fanfarras funcionando em seis diferentes escolas, com base na prática das tradicionais peças percussivas de marcha. Essas escolas mantinham por fins lúdicos seus grupos musicais, que por sua vez, eram até então, carentes de uma melhor atenção por parte do poder público.

Nesta perspectiva, o professor Júlio Heleno Lages Pereira (naquele momento professor de música contratado para o Programa Esporte e Lazer da Cidade) foi convidado a coordenar um novo projeto que fomentasse a formação de Bandas Escolas nas Escolas Municipais, e que, a partir de sua vivência secundária no cenário das Bandas Escolares, formasse uma equipe de trabalho para atuar diretamente nestas escolas.

No ensejo de averiguar a situação das fanfarras escolares, ainda nas primeiras ações que antecederam o implemento das atividades, descobriu-se que havia uma escola na região do Lago Grande (zona ribeirinha do município) que mantinha uma fanfarra à custas da comunidade local.

Somaram-se desta maneira, sete escolas que viriam a ser contempladas com o Projeto *“Bandas Marciais Municipais”*, sendo elas:

- 1- Escola Municipal de Ensino Fundamental Fluminense
- 2- Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria Amália Queiroz
- 3- Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria de Lourdes Almeida
- 4- Escola Municipal de Ensino Fundamental Princesa Izabel
- 5- Escola Municipal de Ensino Fundamental Deputado Ubaldo Corrêa
- 6- Escola Municipal de Ensino Fundamental Paulo Rodrigues dos Santos
- 7- Escola Municipal de Ensino Fundamental Ambrósio Caetano Corrêa
(Comunidade do Inanu – Lago Grande)

As escolas estavam situadas na zona urbana de Santarém, com exceção da escola Ambrósio Caetano Corrêa situada na comunidade Inanu, o intuito foi alcançar o público estudantil em escolas públicas municipais estrategicamente localizadas em bairros periféricos, descentralizando a oferta dessas atividades.

O projeto¹⁰, do ponto de vista pedagógico, objetivava remodelar as “Fanfarras” destas escolas, caracteristicamente grupos de percussão tradicional, em “bandas marciais”, equipadas com percussão e sopros de metal (Cornetas, Trompetes e Trombones). Para isso se tornar possível, fez-se necessária a formação de uma equipe de trabalho que tivesse afinidade com esta gama instrumental distinta (o que era incomum naquele momento, já que as Fanfarras eram basicamente formadas por percussão e, quando muito, cornetas).

Em sua organização, o então coordenador do recém concebido projeto, recorreu à contratação de pessoas à seu critério de escolha, tendo como base a formação e experiência no campo musical de bandas. Chegou então aos seguintes nomes:

- 1- Lucenildo Soares Lima (E.M.E.F. Fluminense)
- 2- Jonathan Rafael Cardoso Guimarães Jr. (E.M.E.F. Maria Amália Queiroz)
- 3- Dennis de Souza Lima (E.M.E.F. Maria de Lourdes Almeida)
- 4- Raimundo José Santos Araújo (E.M.E.F. Princesa Izabel)
- 5- Jonny Caldas (E.M.E.F. Deputado Ubaldo Corrêa)
- 6- Ronnyere da Silva Rodrigues (E.M.E.F. Paulo Rodrigues dos Santos)
- 7- Diego Costa (E.M.E.F. Ambrósio Caetano Corrêa)

Cada um destes professores ficou responsável pelo ensino e preparação musical da banda de sua respectiva escola, tendo em vista a estrutura instrumental que possuíam (todas eram bandas de percussão), e também a formação que chegaria ao longo daquele ano. Desta forma, ainda no primeiro semestre daquele ano, realizou-se uma licitação para compra de materiais destinados às bandas. Foram assim adquiridos instrumentos de sopro, percussão e acessórios para reposição.

As aulas e ensaios iniciaram em março de 2008, nestas atividades apenas instrumentos de percussão eram utilizados naquele momento. Cada banda tinha um quantitativo diferente de alunos (dependiam do número de instrumentos em funcionamento). Por isso as vagas para compor a banda eram limitadas e disputadas pelos alunos das escolas. Neste íterim, as escolas selecionavam os

¹⁰ Bandas Municipais.

alunos que iriam participar da banda tendo como critério de seleção a performance escolar. Eram aceitos alunos com boas notas (inicialmente).

Ainda em 2008, mais precisamente no mês de Agosto, as sete escolas escolhidas para o projeto receberam um kit instrumental para o início de suas reestruturações:

A partir da chegada destes instrumentos, o ensino musical foi sendo adaptado para a inclusão das sonoridades melódica dos trompetes e trombones que passaram a compor a banda. O público frequentador dos desfiles cívicos, naquele ano, presenciou grande modificação musical nas bandas, apesar de estarem ainda em nível inicial de desenvolvimento musical. Os grupos executaram peças simples do cancionário tradicional infantil, retiradas do método de ensino coletivo de bandas do Mestre de Bandas Joel Barbosa, o método *“Da Capo”*.

No final deste primeiro período, outros eventos também contaram com a presença das bandas marciais em formação. Houve, por exemplo, a segunda edição da parada natalina. Nesta ocasião específica, foram apresentadas peças tradicionais de carácter natalino, adaptadas pelos professores do projeto, tomando como base o nível iniciante dos alunos.

5.4 O Projeto Música na Escola no ano de 2009

O Projeto passou a ser intitulado *“Música na Escola”*, continuou a ser dirigido pela Assessoria de Esporte e Lazer/SEMED; o novo título surgiu da ampliação das atividades de cunho artístico musical, planejadas e executadas pela Assessoria.

A partir desse ano, a música foi inserida como disciplina curricular nas escolas participantes do antigo projeto de Bandas Marciais. O objetivo desta inserção estava ligado à novas demandas artísticas planejadas pela Assessoria de Esporte e Lazer, em geral, eventos que requereriam grupos artísticos escolares bem preparados.

Em sua pesquisa Grasso (2015), analisou as ações da Assessoria de Esporte e Lazer – AEL no período de 2008 à 2012, dentre elas o Projeto Música na Escola:

O objetivo do Música na Escola era a motivação e a introdução da educação musical aos alunos das escolas da rede de ensino municipal. O projeto funcionou em três escolas da rede municipal de ensino. Seu

funcionamento era diário, com alunos do sexto e sétimo anos do segundo ciclo do ensino fundamental. Os alunos que optavam em participar do projeto recebiam além das aulas sistemáticas, aperfeiçoamento técnico em um determinado instrumento musical, no contra turno escolar. (GRASSO, 2015, p. 127).

Por sua vez, a Assessoria de Esporte e Lazer, impulsionada pelas experiências adquiridas nos eventos de anos anteriores, como a “*Parada Natalina*” e “*Festival de bandas e Fanfarras*”, ambos de grande aprovação popular, ampliaram sua possibilidade de intervenção na área, criando eventos que dariam mais visibilidade aos projetos musicais. Estes eventos suscitaram o interesse político governamental e surgiram deste ponto as seguintes iniciativas:

O Desfile cívico de bandas alusivo ao aniversário de Santarém (22 de junho) – Tratava-se de um desfile que já era realizado em anos anteriores com Bandas Militares, além de grupos tradicionais como a Filarmônica Prof. José Agostinho e a Banda Sinfônica Wilson Fonseca. No novo formato apresentado naquele ano de 2009, bandas escolares passariam a ser destaques, com a apresentações de repertório do cancionário folclórico da própria cidade de Santarém, além coreografias e evoluções. O evento aconteceu, naquele ano, ao entorno do recém-inaugurado “*Parque da Cidade*”.

O Musical Encontro das Artes – Evento pensado também por alusão ao aniversário de Santarém, envolveria diversas linguagens artísticas que apresentariam de forma entrelaçadas a temática e identidade da Arte Santarena. Neste evento, as bandas formadas no projeto apresentaram-se em diferentes áreas da “*Casa da Cultura*”, mais precisamente na área externa do entorno do auditório (local onde apresentação cênica, musical e coreográfica acontecia).

Os Recitais de Natal nas Escolas – Foi inicialmente proposta uma culminância artística para as aulas de música e demais atividades artísticas realizadas nas escolas, contudo, este momento acabou por se tornar um recital de natal, tendo este, a proposição de encerrar o ano letivo, ao mesmo tempo em que também levava a palco os alunos das bandas e corais em cada escola atendida pelo projeto.

A Cantata Natalina – Consistiu em um evento anual, realizado no dia 25 de dezembro em comemoração ao Natal. Reunia música, dança e teatro em um espetáculo gratuito em praça pública com a temática natalina.

Ainda sobre as ações e eventos desenvolvidos pela AEL, Grasso (2015) classifica e analisa o Projeto música na escola como uma ação da AEL a partir de uma visão de alto rendimento¹¹.

Para atender artisticamente estas novas características de apresentações, as ações de ensino musical foram ampliadas nas escolas, de maneira a atender o alunado nos turnos regulares de ensino. Neste processo de ampliação, foram introduzidas nas escolas participantes o ensino musical como uma disciplina curricular.

Desta forma, foram contratados professores específicos da linguagem musical com perfil de desenvolvimento do canto coral. Estes profissionais atuaram no ensino musical teórico e prática objetivando, dentre outras ações, a formação de Coral do Projeto “Música na Escola”, grupo que mais tarde se faria presente nos eventos da Assessoria de Esporte e Lazer.

Assim, além das atividades de ensino voltados à formação das bandas escolares, houve, naquele momento, a inserção da música como disciplina curricular e ainda a formação de Coral Infantil. Foram realizados diversos eventos escolares e comunitários com a presença dos corais formados por estas aulas de música, além de terem sido também inseridos nos eventos de maior projeção, como o “*Recital de Natal*” e o “*Encontro das Artes*”.

No Ano de 2010, na sequência das variadas possibilidades que se concretizaram em 2009, o ano de 2010 foi marcado por algumas reestruturações de funcionamento nas atividades e também na composição da equipe de trabalho. Nesta perspectiva, o projeto organizou-se da seguinte forma:

- 1- Aulas de Prática Instrumental em grupo para formação da Banda Marcial (Contra turno Escolar) – Divididas em Naipes:
 - a) Clarinetes, Saxofones – Um professor Específico
 - b) Trompetes e Trombones – Um Professor Específico
 - c) Percussão – Um professor Específico
- 2- Aulas de Música (Turno Regular) – Dividas em:
 - a) Teoria – Conteúdos da linguagem musical
 - b) Prática – Formação de Coral

¹¹ Ainda sobre o projeto, Grasso (2015) descreve que “Os alunos que optavam em participar do projeto recebiam além das aulas sistemáticas, aperfeiçoamento técnico em um determinado instrumento musical, no contra turno escolar.”

c) Prática – Formação de Grupo de Flauta doce

Observa-se neste formato a preocupação em desenvolver os grupos musicais em vistas aos eventos artísticos, além da preocupação em se estabelecer uma rotina de estudos musicais tanto teórico, quanto prático, uma vez que os alunos da Banda eram oriundos de diferentes turmas de ensino regular da escola, que por sua vez tinham acesso ao ensino musical da Disciplina Musical.

Em 2011, as comunidades escolares atendidas pelo Projeto Música nas Escolas percebiam em seu cotidiano, de forma acentuada, a organização e sonoridade diferenciadas das bandas marciais formadas a partir das atividades musicais realizadas na própria escola. Desta forma, passou a ser comum a presença das bandas nas cerimônias escolares, nos eventos dos bairros circunvizinhos e no cenário artístico da cidade em geral, uma vez que a instrumentação e o preparo pedagógico das bandas em formação possibilitavam cada vez mais a fluência musical com repertório popular apreciado pela população, como a regionalidade do Carimbó e a simetria dos Dobrados e Marchas.

Para celebrar esta nova fase musical das bandas participantes do projeto, foram realizados uma sequência de quatro Recitais Natalinos, já em sua terceira edição, os eventos diferenciavam-se dos anteriores porque o repertório adaptado pelos próprios professores obedeceu um nível musical mais rebuscado.

Assim, os três primeiros Recitais foram realizados em cada uma das três escolas e contou com a participação de Corais que eram formados nas aulas de música e Arte em turno Regular. O último Recital foi realizado na Orla da Cidade, em palco de eventos montado na Praça do Pescador. O Recital do Projeto Música na Escola fez parte dos eventos natalinos oficiais naquele ano.

No Ano de 2012, um dos pontos mais importantes ocorridos neste ano está relacionado à estrutura instrumental do Projeto, que recebeu um investimento considerável para a aquisição de instrumentos de sopro e Percussão. Nesta ocasião, as escolas receberam um kit instrumental com Flautas Transversais, Clarinetes, Saxofones Alto e Tenor, além de Euphoniuns e Percussão.

Imagem 3 - Kit de instrumentos.



Fonte: Arquivos do Projeto Música na Escola.

Tal projeção se deu por força dos resultados alcançados no ano anterior e que, por sua vez, despertaram muito interesse na visibilidade que as bandas proporcionavam dentro do contexto artístico escolar. Iniciavam-se desta forma. Por outro lado, uma série de discussões que tratavam da sustentabilidade do projeto frente aos desafios daquele ano.

Assim, passaram a ser debatidas as incertezas políticas que cercavam a continuidade do projeto, pois acreditava-se que, se um governo de oposição vencesse o pleito eleitoral, o projeto, dentre tantas outras iniciativas governamentais estariam fadadas à interrupção ou extinção. Mesmo diante deste contexto, os resultados artísticos do projeto foram considerados excelentes, pois as bandas obtiveram grande notoriedade nas comemorações ao aniversário da cidade, no Festival de Bandas e fanfarras, nos Desfiles da Semana da Pátria, nos eventos comunitários e festividades natalinas.

Nos anos de 2013, 2014, 2015 e 2016, de acordo com os documentos analisados¹², pode-se considerar o período de maior dificuldade funcional e orçamentária, dada justamente à questões associadas à sua fragilidade no contexto político, o projeto foi diminuído à “Preparação de Fanfarra para Desfile”. Ocorreu que, durante todo o seu funcionamento, suas ações não foram decretadas e não foram transpostas em Lei Municipal que garantisse a existência e permanência do Projeto dentro da estrutura educacional legal.

¹² Relatórios anuais (2013, 2014, 2015 e 2016) do Projeto Música na Escola.

Por conta disso, o projeto Musica nas Escolas amargou, durante estes quatro anos, a redução de suas atividades, dada a redução quanto à compreensão de sua importância. Assim, a alternância na gestão pública implicou, como era temido, na suspensão de atividades do Projeto.

O novo gestor do município, por sua vez, optou por realizar de forma resumida entre os meses de julho e setembro ensaios visando apenas a participação das escolas na semana da Pátria, o que representou grande retrocesso no desenvolvimento das atividades musicais, outrora realizadas ao longo de todo ano letivo escolar.

Para a nova administração pública, a redução era necessária para a contenção de gastos públicos, uma vez que o Projeto música na escola requeria a contratação de onze professores e aquisição de materiais para que se tivesse a garantia das ações. Nestes quatro anos foram raras as apresentações das bandas no cenário artístico e não houveram nenhuma aquisição de novos instrumentos musicais, assim, muitos alunos migraram para bandas de escolas da Rede Estadual, desarticulando as bases pessoas que já eram garantidas nas escolas onde o Projeto Musica na Escola atuava.

No ano de 2017, com nova mudança no cenário político de gestão municipal, recaiu sobre um novo Prefeito a expectativa de serem retomadas as atividades do projeto em sua integralidade, com aulas, ensaios e apresentações durante todo o ano letivo.

Desta forma, após as primeiras reuniões de articulação das propostas de implemento de planos e projetos educativos da Secretaria de Educação, foi definido que o Projeto Musica na Escola seria retomado dentro da estrutura de funcionamento da Escola de Artes Emir Bemerguy, onde cursos livres das linguagens musicais são ofertados.

Foi neste contexto, o projeto voltou a ser protagonista no ensino musical e uma nova geração de alunos passou a ser atendida, uma vez que nos quatro últimos anos as atividades haviam sido interrompidas quase que totalmente.

Assim, naquela ocasião, o projeto foi diminuído apenas para o preparo imediatista de desfiles da semana da pátria no formato de fanfarra (Modalidade de Banda Escolar onde apenas instrumentos de percussão de marcha e cornetas são utilizados – estes grupos geralmente não aprofundam estudos em música, mas são

treinados em curtos espaços de tempo para decorarem marchas que ajudam a demarcar cadências de deslocamento).

Desta forma, o ano de 2017 é considerado um ano de retomada de atividades, embora alguns problemas do período anterior não tenham sido resolvidos, como a aquisição de novos instrumentos musicais e contratação de professores de música.

Neste ínterim, para que o projeto retomasse as suas atividades, a equipe contratada precisou se submeter a grande desvalorização profissional, uma vez que não foram admitidos como professores da rede de ensino (como ocorria entre 2008 e 2012). Assim, bem como ocorreu a partir de 2013, estes profissionais, mesmo com formação de nível Superior acabaram por serem contratados em um cargo que os desvaloriza profissionalmente - Monitor de Arte (nível médio).

No ano de 2018, ocorreu a consolidação de uma nova geração de alunos participantes das atividades musicais nas escolas, uma vez que a retomada das atividades regulares no ano anterior permitiu a fidelização de um público para a formação das bandas em cada uma das escolas atendidas. De certo modo, o ano de 2018 apresentou melhorias significativas no projeto, dada ao reaparecimento das bandas nas programações escolares e no contexto cultural da cidade, embora seja considerado retrocesso a desvalorização dos professores de música (que continuaram a serem admitidos como monitores de arte – nível médio).

Ocorreu neste ano um fato considerado marcante para o Projeto, pela primeira vez uma banda do Projeto foi vencedora da principal categoria técnica do festival de Bandas e Fanfarras. A Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria de Lourdes Almeida, participante do Projeto Musica na Escola desde de sua primeira versão “Bandas Marciais Municipais de 2008” se tornara a primeira campeã da Categoria de Bandas Marciais. Vale ressaltar que esta categoria técnica era dominada por escolas de ensino médio da rede estadual de ensino.

Já no ano de 2019, diante de uma crescente demanda de alunos nas escolas participantes, do sucesso alcançado no último Festival de Bandas e pelo entusiasmo das apresentações que voltaram a ser frequentes, o Projeto Musica na Escola rogou ao poder público por investimentos para aquisição de instrumentos musicais, assim como pela valorização do trabalho profissional dos professores, até então contratados como monitores de Arte (nível médio).

Houveram promessas advindas do Prefeito que sinalizavam melhorias, mas, nada ocorreu em favor das melhorias requeridas. Ainda assim, no ano de 2019 as atividades foram retomadas, equipe de trabalho contratada, aulas e ensaios regulares ocorreram, público estudantil se mostrou engajado no aprendizado instrumental, Desfiles cívicos marcantes e por fim, o Festival de Bandas coroou este ambiente de crescimento, uma vez que cada uma das quatro bandas do Projeto se posicionaram vitoriosas em duas, das três categorias técnicas do Festival, sendo a Escola Municipal de Ensino Fundamental Deputado Ubaldo Corrêa vencedora da Principal Categoria Técnica do Evento: Banda Marcial.

Desta forma, por dois anos seguidos o Projeto Musica na Escola venceu e assim reposicionou-se como atual força artística no cenário artístico das Bandas Escolares, após toda sua trajetória de quase doze anos.

Diante disso, o projeto, a partir de 2019, apresenta objetivo geral de “Desenvolver as capacidades de conhecer, apreciar, e produzir a música como competência para atuação participativa no contexto sócio cultural da cidade” (PROJETO MÚSICA NA ESCOLA, 2019).

O Período de 2020 e 2021 foi marcado pelas consequências do cenário pandêmico causado pelo vírus da COVID-19 e, assim como nos ambientes em que há a necessidade de interação física e social para o desenvolvimento de suas atividades, o Projeto Música na Escola teve suas ações suspensas por um período que, a princípio, seria de alguns dias ou semanas, porém, com as orientações gerais de se manter o isolamento social efetivo dentre outras medidas na tentativa de conter a contaminação pelo vírus, esse período estendeu-se revelando novas necessidades de adaptar tudo o que havia sendo feito.

6. O MÚSICA NA ESCOLA SOB O OLHAR DE SUA EQUIPE.

Diante da aplicação do questionário para a equipe de professores atuantes no projeto Música na Escola, obteve-se os resultados de acordo com a análise a seguir.

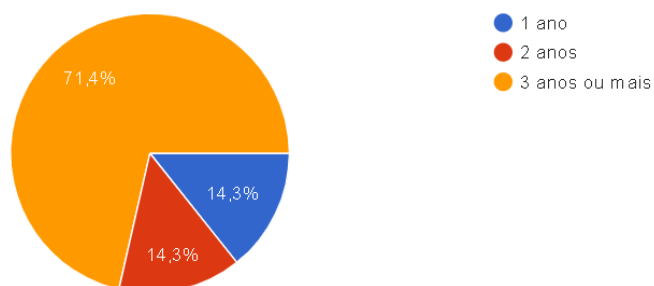
6.1 Do perfil dos participantes

Através da aplicação do questionário, os professores e coordenação apresentaram informações sobre o perfil da equipe como: tempo de atuação no projeto, função, formação acadêmica e escolas em que trabalha por meio de suas respostas. Desta forma pôde-se compreender e conhecer minimamente os profissionais que trabalham no Música na Escola.

Os questionários foram respondidos por professores atuantes em uma ou mais escolas participantes do projeto, sendo que todas as escolas foram representadas pelos profissionais do projeto.

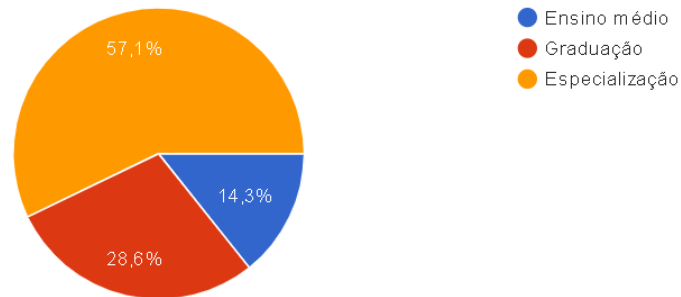
Como primeira questão, perguntou-se o tempo de atuação de cada profissional no Projeto Música na Escola, as respostas constam no gráfico 1:

GRÁFICO 1 - Tempo de atuação no Projeto



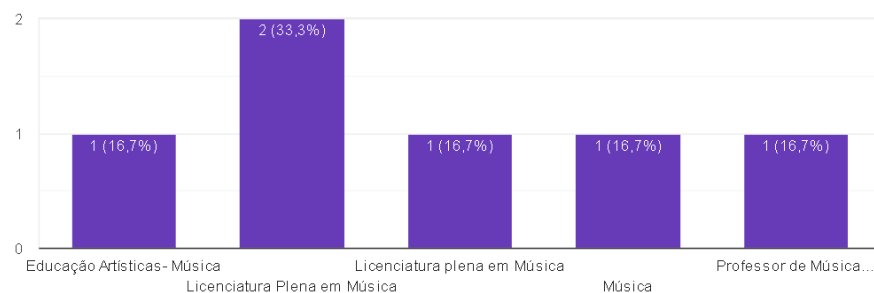
Fonte: Autor (2021)

Nesse âmbito pôde-se verificar que grande parte (71,4%) da equipe docente está atuando a 3 anos ou mais no desenvolvimento das atividades musicais, os demais estão a 1 ou 2 anos (13,3% para cada opção). Desta forma, percebe-se que o projeto dispõe de professores familiarizados com a estrutura do processo de ensino musical ali desenvolvido.

GRÁFICO 2 – Escolaridade dos entrevistados.

Fonte: Autor (2021).

Verificou-se também que os professores atuantes no Música na Escola são formados ou formandos do Curso de Licenciatura Plena em Música da Universidade do Estado do Pará, 50% destes possuem curso de especialização e atuam, em sua maioria, a 3 anos ou mais no projeto. Como mostra o gráfico 2:

GRÁFICO 3 – Formação acadêmica dos entrevistados.

Fonte: Autor (2021).

Esse ponto é de grande relevância, pois, as atividades do projeto estão sendo desenvolvidas por pessoas qualificadas e esta informação também confirma a importância de se ter o um curso de Licenciatura em Música na cidade, o que disponibiliza profissionais com a formação acadêmica e pedagógica necessária para se trabalhar a educação musical de forma a traçar metas que alcancem os benefícios que o ensino da música pode proporcionar.

Outro ponto interessante é destacar que entre os anos de 2008 e 2012, os professores que atuavam no projeto eram contratados na função de professores, sendo assim, ser licenciado em música tornou-se requisito para ingressar nessa função, porém, a partir de 2013, esses profissionais passaram a ser contratados como monitores, o que fez com que, para exercer essa função, a formação mínima exigida era de Ensino Médio, pode-se considerar, portanto, que houve um retrocesso na estrutura do projeto a partir desse período em relação à valorização profissional da equipe docente.

6.2 O Olhar docente sobre Projeto

No questionário aplicado aos professores de música do projeto, quando perguntados: De uma forma geral, como Você avalia atualmente o Projeto Música na Escola? Em uma escala de 1 à 5 (sendo 1 referente ao conceito insuficiente, e 5 ao conceito excelente), os professores entrevistados avaliaram o projeto com notas entre 3 e 5, sendo 20% nota 3, 40% nota 4 e 40% nota 5.

Os entrevistados poderiam justificar sua avaliação neste item, portanto, a nota 3 referiu-se a falta de uma estrutura adequada para o ensino da música; as notas 4 e 5 (muito bom e excelente) referiram-se à acessibilidade do ensino da música ao público escolar que o projeto proporciona.

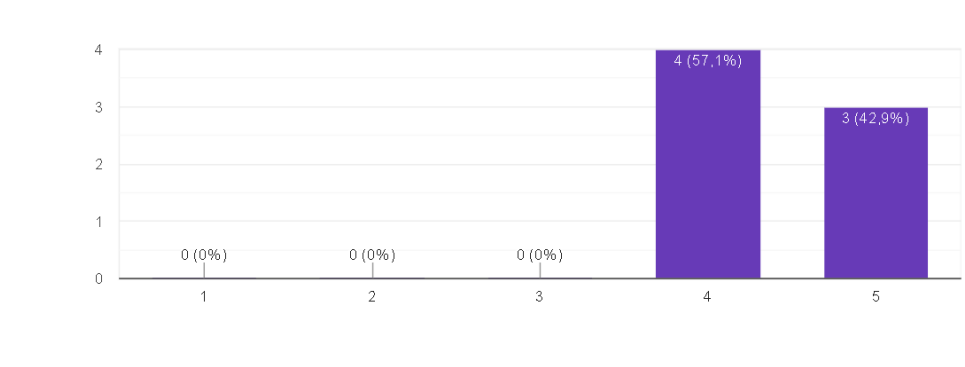
“Vejo o projeto como um grande avanço do ensino musical nas bandas em Santarém. Executado a partir de um planejamento, onde atende várias crianças e adolescentes das escolas públicas da cidade. Diante disso avalio como muito bom o projeto” (Professor do projeto Música na Escola)

As justificativas negativas, permeiam a questão estrutural do projeto. Professores que avaliaram com notas 3 e 4 justificaram tal avaliação por conta da necessidade de maior investimento na aquisição e manutenção de instrumentos musicais e em espaços adequados para a prática musical que exige produção sonora. A ausência de um espaço adequado gera transtornos em relação às demais atividades escolares.

6.3 Receptividade e desempenho musical (dos alunos) das escolas do Projeto

Quando perguntados quanto a receptividade das escolas municipais ao Projeto, os professores entrevistados avaliaram em uma escala de 1 a 5 (onde 1 refere-se ao conceito *Péssimo* e 5 ao conceito *Excelente*); 50% dos professores avaliam com nota 4 e 50% com nota 5.

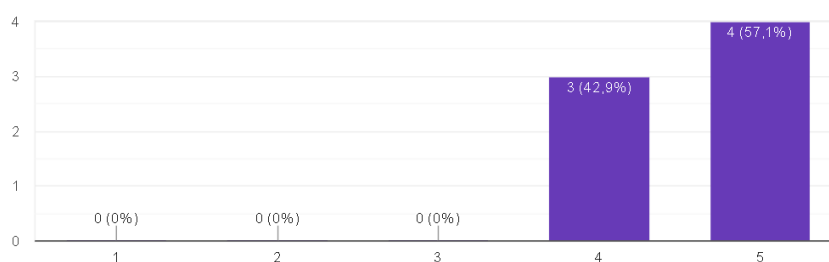
GRÁFICO 4 – Receptividade das escolas ao Projeto



Fonte: Autor (2021)

Sobre o desempenho musical dos alunos, os professores mantêm o índice de 4 e 5, como na avaliação anterior:

GRÁFICO 5 – Desempenho musical dos alunos no Projeto



Fonte: Autor (2021)

6.4 Dificuldades encontradas no desenvolvimento das atividades do projeto

Quando perguntados¹³ sobre as dificuldades encontradas nas atividades do projeto, os professores relatam a falta de instrumentos de sopro para atender a

¹³ Tratava-se de uma pergunta aberta, onde os professores poderiam relatar suas considerações.

demanda de alunos interessados em participar das atividades, segundo eles, além de serem insuficientes, os instrumentos não apresentam boas condições de uso, reflexo da falta de manutenção diante à demanda¹⁴; além da questão dos sopros, os professores também apresentam outras dificuldades em relação à estrutura organizacional do projeto como: incompatibilidade de horários e espaço físico inadequado para a prática musical.

Ainda em relação às dificuldades encontradas, um professor entrevistado, respondeu a essa questão de forma a expor outra situação que diz respeito à relação entre comunidade escolar e o Música na Escola, onde “os pais ainda tem uma visão distorcida da educação musical na escola; por vezes pensam que é um passatempo ou recreação.”

Nesse contexto, a prática musical pode ser interpretada como atividade meramente recreativa, sem valor contribuinte na formação integral dos alunos participantes, funcionando apenas como lazer ou distração, o que difere da visão e objetivos apresentados pelo projeto, bem como, de seus visíveis resultados para os que se beneficiam deste fazer.

Nesse contexto, presume-se que a ausência de outras iniciativas que incluam e possibilitem o acesso ao ensino da música nas escolas da cidade, contribuam para uma visão deturpada da prática musical por parte da comunidade escolar, onde esta é interpretada apenas como atividade lúdica e assistencialista, o que pode dificultar e/ou prejudicar o ingresso ou permanência de alguns de seus participantes.

Verifica-se, portanto, através das justificativas apresentadas que as principais urgências do projeto tramitam entre sua estrutura física (das escolas) e seus recursos materiais (instrumentos musicais). Nesse ínterim, espera-se que tais necessidades sejam sanadas pelo poder público municipal, de onde o projeto é subsidiado através da Escola de Artes Emir Hermes Bemerguy.

Sabe-se que uma boa estrutura para o desenvolvimento de qualquer atividade colabora com sua eficácia; atividades que envolvem produção sonora necessitam de ambientes adequados e; aulas de prática instrumental também requerem recursos para seu bom andamento, bem como, a manutenção destes, pois envolvem produção sonora e aprimoramento de técnicas musicais.

¹⁴ É importante esclarecer que o projeto conta com um profissional responsável pela manutenção, mas os entrevistados alegam ser insuficiente frente à necessidade apresentada pelo projeto.

6.5 Os benefícios encontrados nas atividades do projeto

Quando perguntados sobre os benefícios encontrados no projeto, os professores reconhecem em suas respostas a relevância das atividades desenvolvidas para com o contexto da educação musical na cidade, na contribuição para a formação pessoal e profissional, bem como, na melhoria da qualidade de vida dos alunos que participam do projeto.

Dentre os aspectos de melhoria citados estão: mudanças positivas no comportamento dos alunos na escola; o despertar de um sentimento de pertencimento ao grupo musical e conseqüentemente ao ambiente escolar, refletindo em questões disciplinares e em como os alunos se relacionam com a escola; além da melhoria do desempenho escolar e da autoestima dos participantes.

Segundo os entrevistados, tais benefícios são perceptíveis tanto no ambiente escolar, quanto no núcleo familiar desses jovens, o que faz com que alguns pais e/ou responsáveis se envolvam efetivamente em prol das atividades do projeto, acompanhando seus entes e outros integrantes dos grupos musicais nos ensaios, apresentações e demais atividades, firmando parceria e tornando-se colaboradores do processo de ensino musical.

Por fim, saliento que outro benefício não citado, porém, presente implicitamente nesse contexto, é a contribuição deste projeto para a formação profissional dos egressos e graduandos do curso de Licenciatura em Música da UEPA, como visto, todos os entrevistados têm ou tiveram vínculo acadêmico com esta instituição (UEPA), o que possibilita “enxergar” o Música na Escola como num laboratório de ensino e aprendizado musical.

6.6 *Al Fine*

Ao final do questionário deixou-se um espaço, não obrigatório, para comentários e/ou informações que os entrevistados quisessem expor e que não haviam sido contemplados nas questões anteriores.

Alguns dos profissionais utilizaram dessa questão para realçar afirmações já contempladas por outros colegas, mas que mereciam maior ênfase de acordo com seu entendimento. Dentre esses aspectos, pôde-se salientar: a contribuição do

projeto no fomento da música santarena através do movimento de bandas escolares; a influência das atividades musicais do projeto na melhoria da socialização e do pensamento coletivo dos alunos participantes, e a possibilidade de profissionalização que na área musical proporcionada pelo Música na escola aos estudantes.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando os resultados desta pesquisa e diante dos objetivos de investigar a contribuição do Projeto Música na Escola na implementação do ensino da música nas escolas públicas municipais de Santarém-PA, bem como, descrever histórico da legislação educacional relacionada ao ensino da música no âmbito federal, estadual e municipal; identificar as Políticas públicas de educação musical vigentes em Santarém-PA, com enfoque no Projeto Música na Escola e verificar as influências das atividades musicais no cenário educacional santareno.

Verificou-se, portanto que, o Projeto Música na Escola exerce influência significativa no cenário musical santareno, na formação de grupos musicais conhecidos como bandas escolares¹⁵, e que também corrobora no fomento dos movimentos de bandas e fanfarras da cidade pois proporciona estrutura e incentivo na formação e continuidade desses grupos nas escolas onde atua.

Partindo do papel atual do Projeto Música na Escola, enquanto iniciativa governamental para a inserção do ensino da música em algumas escolas da rede municipal, percebe-se que o problema relatado quanto a estrutura física das escolas é comum nas atividades musicais, pois, o Projeto proporciona professores qualificados, instrumentos musicais e estrutura organizacional para as aulas de música, porém, as escolas ainda não se encontram preparadas adequadamente para receber esse tipo de atividade, uma infeliz contradição e talvez empecilho para o crescimento e ampliação dessa iniciativa.

Em seu histórico, o Música na Escola sempre aparece como ação vinculada a outro programa ou instituição pública, sendo registrada como uma das muitas atividades realizadas por esses órgãos, não há ação que oficialize sua existência, o que pode comprometer sua continuidade, que aparentemente está sendo permitida por sua avaliação positiva, visibilidade e popularidade.

Um dos professores questionados registrou interessante comentário ao final de seu questionário:

Professor 1: "Pergunta retórica: Com toda a solidez social do projeto, este não tem uma derivação que possa realizar senão as mesmas atividades,

¹⁵ Termo derivado do conceito de banda estudantil de LIMA (2008).

mas atividades semelhantes, que, inclusive, tem dado muito certo após uma década? ”

Nesse contexto, verifica-se que o Projeto Música na Escola e o seu *modus operandi* representa alternativa para a inserção do ensino da música nas demais escolas públicas, já que este atende apenas 4 dos 53 educandários públicos municipais da zona urbana de Santarém – PA, possibilitando um espelho para outras iniciativas ou até para sua ampliação no cenário educacional da cidade.

Diante disso, como em toda pesquisa, muitas questões surgiram, trazendo a necessidade de novos olhares e reflexões, não só acerca do Projeto Música na Escola, mas de toda história musical da cidade de Santarém, tais como: existe a pretensão de se criar novas (ou outras) estratégias para a inserção do ensino da música em Santarém? E sobre o Música na Escola, quais são as perspectivas para sua continuidade? O que impede a expansão deste projeto? E quais os motivos para que algumas escolas que receberam o projeto originalmente, como visto no seu histórico, desistiram de sediá-lo?

Novos olhares e novas investigações se fazem necessárias para sanar tais questionamentos e talvez levantar novos, contribuindo, assim, para o desvelamento desta realidade e incentivando a produção de novas perspectivas sobre este objeto.

REFERÊNCIAS

- ASSESSORIA DE ESPORTE E LAZER DE SANTARÉM. **Desenvolvimento do Projeto Música na Escola nas escolas de Santarém**. Santarém, 25 de abril de 2012. Blog: aelstm.wordpress.com. Disponível em: <https://aelstm.wordpress.com/2012/04/25/desenvolvimento-do-projeto-musica-na-escola-nas-escolas-de-santarem/>. Acessado em: 10 de janeiro de 2020.
- BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson (Orgs.). **Políticas Educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria de métodos**. Porto: Porto Editora, 1994.
- BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF: 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm . Acesso em: 10 fev. 2020.
- BRASIL, **Lei n. 11.769, de 18 de agosto de 2008**. Altera a lei n. 9.394/96, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino de música na educação básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF: Seção 1, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11769.htm . Acesso em: 20 fev. 2020.
- CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.
- FERRAZ, Gabriel. **Heitor Villa-Lobos e Getúlio Vargas: Doutrinando crianças por meio da educação musical**. *Latin American Music Review*, vol. 34, nº 2, p. 162-195 (Artigo). 2013.
- FILIPAK, Renata. **Política Pública em Educação Musical: Uma Survey sobre os rumos da implementação da Lei nº 11.769/08 no município de Palmeira-PR**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Música, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.
- FONSECA, Eliane C. N. F. **Bandas e Fanfarras escolares: Processos de ensino na preparação para o Festival de Bandas e Fanfarras de Santarém**. 2016. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Artes, Instituto de Ciências da Arte, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.
- FONTEERRADA, Marisa Trench de Oliveira. **Música e Linguagem: Reflexão acerca do papel da música em nossas vidas**. Projeto Compasso Virtual, Secretaria de Estado e da Cultura e Poiesis, Governo do Estado de São Paulo, São Paulo, 2015.

GERRING, John. **Pesquisa de estudo de caso: princípios e práticas**: trad. Caesar Souza. Rio de Janeiro, editora Vozes, 2019.

GOCH, Greice Jurema de Freitas. **Políticas Educacionais da Secretaria Municipal de Educação de Santarém no período de 2003 a 2016**. 2017. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Oeste do Pará, Santarém, 2017.

IBGE. Cidades. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/santarem/panorama>. Acesso em: 10 de novembro de 2020.

GRASSO, Rita Maria Peloso. **Políticas públicas de esporte e lazer: uma análise da gestão do município de Santarém - PA (2005 - 2012)**. 2015. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Estudos do Lazer, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

ISAYAMA, Hélder Ferreira; LINHARES, Meily Assbú. **Sobre Lazer e Política: Maneiras de ver, maneiras de fazer**. Belo Horizonte – MG. Editora UFMG, 2006.

MERRIAN, Alan. **Antropology of the music**. Evanston: Northwestern University Press, 1964).

NINA, Leonice Maria Bentes. **As Bandas de música na construção de saberes de formação e atuação de um professor de música em Santarém-PA**. 2015. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Artes, Instituto de Ciências da Arte, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/9995> . Acesso em: 20 de março de 2020.

OLIVEIRA, Raimundo Nonato Aguiar. **A música no desvelamento do universo infantil: práticas pedagógico-musicais de professores das unidades e escolas municipais de educação infantil em Santarém, Pará**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Oeste do Pará, Santarém, 2018.

PENNA, M. **A dupla dimensão da política educacional e a música na escola: - I analisando a legislação e os termos normativos**. In: Revista da ABEM, Porto Alegre, V. 10, mar. 2004, p.19-28.

PENNA, M. **Caminhos para a conquista de espaços para a música na escola: uma discussão em aberto**. Revista da ABEM, Porto Alegre, V. 19, 57-64, mar. 2008.

PEREIRA, Júlio Heleno Lages. **A Música e o Contexto social das fanfarras em Santarém**. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Licenciatura Plena em Música) - Universidade do Estado do Pará, Santarém, 2008

RELATÓRIO PROJETO MÚSICA NA ESCOLA 2016. Arquivo da Coordenação do projeto Música na Escola – SEMED-STM/PA.

RELATÓRIO PROJETO MÚSICA NA ESCOLA 2016. Arquivo da Coordenação do projeto Música na Escola – SEMED-STM/PA.

PREFEITURA DE SANTARÉM. **Escola de Artes Emir Bemerguy passa de 200 para 1.362 alunos atendidos. Santarém, 28 de agosto de 2020. Site:**

www.santarem.pa.gov.br. Disponível em:

<https://santarem.pa.gov.br/noticias/gerais/escola-de-artes-emir-bemerguy-passa-de-200-para-1362-alunos-atendidos-2320b3affe10-36d6-4163-8480-93dfe0a22d64>.

Acessado em: 30 de dezembro 2020.

PROJETO BANDAS MUNICIPAIS. Arquivo da Coordenação do projeto Música na Escola – SEMED-STM/PA.

ROSA, Suzana Verena Macário. **“Música e escola”**: estudo de caso de uma prática em uma escola de ensino fundamental no Vale do Paraíba. 2018. 152f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Educação e Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais, Universidade de Taubaté, Taubaté, 2018.

SALLES, Vicente. **Sociedades de Euterpe**. As Bandas de Música no Grão-Pará. Brasília: edição do autor, 1985.

SAMPIERI, COLLADO E LÚCIO. **Metodologia de Pesquisa**. Ed. McGraw Hill, São Paulo, 3 ed. 2006.

SEEGER, Anthony. **Etnografia da Música**. TRADUÇÃO: GIOVANNI CIRINO. cadernos de campo, São Paulo, n. 17, p. 1-348, 2008. Disponível em: https://www.hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Seeger-Etnografia_musica.pdf, acessado em: 15 de janeiro de 2020.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24^a ed. ver. e atual. São Paulo: Cortez, 2016.

SILVA, Renata Souza da. **“Que rufem os tambores”**: Relato de uma experiência etnográfica em uma banda escolar em Santarém/PA. Nova Revista Amazônica – Dossiê Amazônia. Volume VIII - nº 02 - Setembro 2020- ISSN: 2318-1346. p.177-126.

TEIXEIRA, Priscila Castro. **“Eu acho que é pras crianças pensarem no talento que elas têm”**: o fazer musical na perspectiva de crianças participantes do Projeto Sementes Musicais em Santarém, Pará. 2018. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufopa.edu.br/jspui/handle/123456789/267>. Acesso em: 10 de setembro de 2021.

WOLFFENBÜTTEL, Cristina Rolim. **A inserção da música no projeto político pedagógico**: o caso da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre/RS. Revista da ABEM, Porto Alegre, v. 24, 73-80, set. 2010.

ZIMMERMANN, Nilsa. **A música através dos tempos**. 3ª ed. São Paulo: Paulinas, 2007.

APENDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Universidade Federal do Oeste do Pará
Programa de Pós-Graduação em Ciências da Sociedade
Pesquisador responsável: Renata Souza da Silva
Orientador: Prof. Dr. Paulo Sérgio Taube Junior
Fone: (93) 99133-8927 E-mail: renatasouza.pesquisa@gmail.com

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa “Projeto Música na Escola: o ensino da música através de Políticas Públicas na cidade de Santarém/PA” que tem como objetivo geral: Investigar a contribuição do Projeto Música nas Escolas na implementação do ensino da música nas escolas públicas municipais de Santarém/PA.

Para este estudo faremos os seguintes procedimentos, caso aceite: anexado a esse termo, há um questionário em que você fornecerá informações sobre atividades musicais desenvolvidas em sua escola; este questionário está sendo enviado em forma de link para seu whatsapp ou e-mail e você poderá respondê-lo no melhor dia e horário para você e no tempo que for necessário.

Esses processos podem trazer como benefício: o acesso à informações importantes sobre o funcionamento do projeto e seus efeitos aos participantes, além de poder ser uma maneira de contribuir para a divulgação dessa prática (ensino da música) em mais escolas públicas da cidade, porém, também há o riscos, como: de se sentir constrangido ao responder o questionário, bem como, vazamento de informações e erro na identificação de algum participante, portanto, diante de qualquer procedimento que possa trazer constrangimento ou mal-estar, você tem o direito de não responder ou desistir da pesquisa em qualquer momento e se por ventura você se sentir prejudicado, poderá requerer indenização, conforme previsto em lei.

O convite está sendo feito a diferentes grupos seguindo os seguintes critérios:

a) professores de música que atuam ou atuaram nos últimos 2 anos do Projeto Música na Escola em uma das escolas Municipais de Ensino Fundamental participantes; b) coordenação do Projeto Música nas Escolas;

c) Diretores e/ou Vice-diretores das escolas municipais participantes do Projeto. Você poderá deixar de participar da pesquisa nos casos em que forem observados os seguintes critérios de exclusão: não atuar/ou ter atuado nos últimos 2 anos nas atividades referentes ao Projeto Música nas Escolas

Você não terá nenhum custo para participar deste estudo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Você será esclarecido (a) sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se se assim você decidir.

A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido pelo pesquisador responsável.

O pesquisador responsável irá tratar a sua identidade com sigilo e privacidade. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a devida permissão.

Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada.

Este termo de consentimento será disponibilizado via e-mail e posteriormente, impresso em duas vias, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida a você.

Caso hajam danos decorrentes dos riscos desta pesquisa, o pesquisador assumirá a responsabilidade pela indenização. Os contatos do(a) pesquisador(a) encontram-se no início deste documento.

Em caso de dúvidas quanto aos aspectos éticos deste estudo, você, ou os responsáveis por você, poderão consultar o:

Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estado do Pará – Campus XII – Tapajós.

Av. Plácido de Castro, 1399 – Bairro: Aparecida. CEP: 68040-090. Santarém, Pará.

Tel. (93) 3512-8013 / E-mail: cepuepa@outlook.com

Esta pesquisa foi aprovada segundo CAAE: 30942220.8.0000.5168 e Parecer Nº 4.146.024

O Comitê de Ética em Pesquisa é um grupo composto por especialistas de várias áreas e representantes da população que acompanham de perto a realização de todos os estudos envolvendo seres humanos no Brasil, “criado para defender os interesses dos sujeitos da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos”. (Resolução nº 466/12 Conselho Nacional de Saúde).

***Obrigatório**

1. Você aceita participar desta pesquisa conforme o termo de Consentimento Livre e Esclarecido? *

Marcar apenas uma oval.

sim *Pular para a pergunta 2 não*

Pular para a seção 5 (Obrigada!)

APENDICE B - QUESTIONÁRIO APLICADO À COORDENAÇÃO E PROFESSORES DO PROJETO MÚSICA NA ESCOLA.

Identificação do participante.

2. Deixe aqui seu e-mail caso queira receber os resultados desta pesquisa.

3. 1- Em qual escola você atua? (Aqui você pode selecionar mais de uma opção). *

Marque todas que se aplicam.

- Deputado Ubaldo Corrêa
 Maria de Lourdes
 Princesa Izabel
 Maria Amália

4. 2- Qual função você desempenha em relação ao Projeto Música na Escola? *

Marcar apenas uma oval.

- Professor de música. *Pular para a pergunta 5*
 Coordenador(a) do Projeto. *Pular para a pergunta 5*
 Diretor(a)/Vice-diretor(a) de uma das escolas que recebem as atividades do projeto. *Pular para a pergunta 17*

Sobre sua atuação no Projeto.

5. 1- Há quanto tempo você atua no Projeto Música na Escola? *

Marcar apenas uma oval.

- 1 ano
 2 anos
 3 anos ou mais

6. 2- Qual seu nível de escolaridade? *

Marcar apenas uma oval.

- Ensino médio
- Graduação
- Especialização

7. 3- Qual sua área de formação?

8. 4- Qual sua função no Projeto Música na Escola? *

9. 5- De uma forma geral, como Você avalia atualmente o Projeto Música na Escola? *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Regular	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Excelente

10. Justifique sua avaliação anterior: *

11. 6- Como você avalia a receptividade das escolas ao Projeto? *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Insuficiente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Excelente

12. 7- Como você avalia a participação dos alunos no Projeto? *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Insuficiente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Excelente

13. 8- Como você avalia o desempenho musical dos alunos no Projeto? *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Insuficiente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Excelente

14. 9- Quais as principais dificuldades encontradas no desenvolvimento das atividades do projeto? *

15. 10- Quais os principais benefícios encontrados nas atividades do projeto, em sua opinião? *

16. 11- Caso queira, relate aqui alguma informação que você julgue importante acerca do Projeto Música nas Escolas e que não tenha sido contemplado nas questões anteriores:

Obrigada!



Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

ANEXO I – Aceite Institucional da Secretaria Municipal de Educação – SEMED.**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

Av. Dr. Anysio Chaves, nº. 712 – Aeroporto Velho – CEP: 68030-360 – Santarém/Pará
E-mail: semed@santarem.pa.gov.br Fone: (93) 3522-7735

DECLARAÇÃO DE ACEITE

Declaro para os devidos fins estar ciente do projeto de pesquisa intitulado **“PROJETO MÚSICA NA ESCOLA”**: **O ENSINO DA MÚSICA ATRAVÉS DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA CIDADE DE SANTARÉM – PA**, de autoria de **Renata Souza da Silva**, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Sociedade – PPGCS da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA, e autorizo a realização de pesquisa na Escola Municipal de Ensino Fundamental Deputado Ubaldo Corrêa, disponibilizando infraestrutura de seus espaços físicos para o desenvolvimento desta pesquisa com a ciência da publicação dos resultados para fins acadêmicos, conforme solicitado.


Marcos Moura Gentil
Assessoria para Assuntos
Educaçãois - SEMED

Santarém, 08 de Junho de 2020

ANEXO II – Aceite Institucional da Secretaria Municipal de Educação – SEMED**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

Av. Dr. Anysio Chaves, nº. 712 – Aeroporto Velho – CEP: 68030-360– Santarém/Pará
E-mail: semed@santarem.pa.gov.br Fone: (93) 3522-7735

DECLARAÇÃO DE ACEITE

Declaro para os devidos fins estar ciente do projeto de pesquisa intitulado **“PROJETO MÚSICA NA ESCOLA”: O ENSINO DA MÚSICA ATRAVÉS DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA CIDADE DE SANTARÉM – PA**, de autoria de **Renata Souza da Silva**, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Sociedade – PPGCS da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA, e autorizo a realização de pesquisa na Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria de Lourdes Almeida, disponibilizando infraestrutura de seus espaços físicos para o desenvolvimento desta pesquisa com a ciência da publicação dos resultados para fins acadêmicos, conforme solicitado.


Marcos Moura Gentil
Assessoria para Assuntos
Educação - SEMED


Santarém, 08 de Junho de 2020


ANEXO III – Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa.

DETALHAR PROJETO DE PESQUISA

- DADOS DA VERSÃO DO PROJETO DE PESQUISA




Título da Pesquisa: "PROJETO MÚSICA NA ESCOLA" - O ENSINO DA MÚSICA ATRAVÉS DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA CIDADES DE SANTARÉM-PA.
 Pesquisador Responsável: RENATA SOUZA DA SILVA
 Área Temática:
 Versão: 2
 CAAE: 30942220.8.0000.5168
 Submetido em: 12/06/2020
 Instituição Proponente: Universidade Federal do Oeste do Pará
 Situação da Versão do Projeto: Aprovado
 Localização atual da Versão do Projeto: Pesquisador Responsável
 Patrocinador Principal: Financiamento Próprio



Comprovante de Recepção:  PB_COMPROVANTE_RECEPCAO_1530701

+ DOCUMENTOS DO PROJETO DE PESQUISA

- LISTA DE APRECIÇÕES DO PROJETO

Apreciação *	Pesquisador Responsável †	Versão ‡	Submissão ‡	Modificação ‡	Situação ‡	Exclusiva do Centro Coord. ‡	Ações
PO	RENATA SOUZA DA SILVA	2	12/06/2020	09/07/2020	Aprovado	Não	   

- HISTÓRICO DE TRÂMITES

Apreciação	Data/Hora	Tipo Trâmite	Versão	Perfil	Origem	Destino	Informações
PO	09/07/2020 15:54:15	Parecer liberado	2	Coordenador	UEPA - Universidade do Estado do Pará - CAMPUS XII - Tapajós	PESQUISADOR	
PO	09/07/2020 15:53:31	Parecer do colegiado emitido	2	Coordenador	UEPA - Universidade do Estado do Pará - CAMPUS XII - Tapajós	UEPA - Universidade do Estado do Pará - CAMPUS XII - Tapajós	
PO	07/07/2020 21:06:14	Parecer do relator emitido	2	Membro do CEP	UEPA - Universidade do Estado do Pará - CAMPUS XII - Tapajós	UEPA - Universidade do Estado do Pará - CAMPUS XII - Tapajós	
PO	06/07/2020 11:33:46	Aceitação de Elaboração de Relatoria	2	Membro do CEP	UEPA - Universidade do Estado do Pará - CAMPUS XII - Tapajós	UEPA - Universidade do Estado do Pará - CAMPUS XII - Tapajós	
PO	23/08/2020 11:01:18	Confirmação de Indicação de Relatoria	2	Coordenador	UEPA - Universidade do Estado do Pará - CAMPUS XII - Tapajós	UEPA - Universidade do Estado do Pará - CAMPUS XII - Tapajós	
PO	23/06/2020 09:44:48	Indicação de Relatoria	2	Secretária	UEPA - Universidade do Estado do Pará - CAMPUS XII - Tapajós	UEPA - Universidade do Estado do Pará - CAMPUS XII - Tapajós	
PO	23/08/2020 09:44:12	Aceitação do PP	2	Secretária	UEPA - Universidade do Estado do Pará - CAMPUS XII - Tapajós	UEPA - Universidade do Estado do Pará - CAMPUS XII - Tapajós	
PO	12/06/2020 14:40:40	Submetido para avaliação do CEP	2	Pesquisador Principal	PESQUISADOR	UEPA - Universidade do Estado do Pará - CAMPUS XII - Tapajós	
PO	13/05/2020 16:50:03	Parecer liberado	1	Coordenador	UEPA - Universidade do Estado do Pará - CAMPUS XII - Tapajós	PESQUISADOR	
PO	13/05/2020 16:47:07	Parecer do colegiado emitido	1	Coordenador	UEPA - Universidade do Estado do Pará - CAMPUS XII - Tapajós	UEPA - Universidade do Estado do Pará - CAMPUS XII - Tapajós	

Ocorrência 1 a 10 de 19 registro(s)

LEGENDA:

(*) Apreciação

PQ = Projeto Original de Centro Coordenador	PQp = Projeto Original de Centro Participante	PQc = Projeto Original de Centro Coparticipante
E = Emenda de Centro Coordenador	Ep = Emenda de Centro Participante	Ec = Emenda de Centro Coparticipante
N = Notificação de Centro Coordenador	Np = Notificação de Centro Participante	Nc = Notificação de Centro Coparticipante

(*) Formação do CAAE

